



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

Isadora Souza Guerino

**Carmen Miranda como atriz das relações internacionais:
a construção da imagem do Brasil nos Estados Unidos**

Dourados - MS
2016

Isadora Souza Guerino

**Carmen Miranda como atriz das relações internacionais: a construção
da imagem do Brasil nos Estados Unidos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Prof. Me. Tchella Maso.

**Dourados - MS
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G932c Guerino, Isadora Souza

Carmen Miranda como atriz das relações internacionais: a construção da imagem do Brasil nos Estados Unidos / Isadora Souza Guerino -- Dourados: UFGD, 2016.

74f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Tchella Fernandes Maso

TCC (graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Cultura. 2. Identidade Nacional. 3. Política Externa. 4. Diplomacia Cultural. 5. Indústria Cultural. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao vigésimo dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **ISADORA SOUZA GUERINO**, tendo como título CARMEN MIRANDA COMO ATRIZ DAS RELAÇÕES INTERNACIONAS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Me. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Dr. João Nackle Urt (examinador) e Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado .

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Tchella F. Maso

Me. Tchella Fernandes Maso
Orientadora

[Handwritten signature]

Dr. João Nackle Urt
Examinador

[Handwritten signature]

Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, Sérgio e Marli Guerino, pelo esforço, pelo carinho e pelo amor. Ao meu irmão, João Henrique, que sempre apoiou minhas decisões. E por fim, à Êmilly por todo o companheirismo durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado coragem e força para que eu nunca desistisse e principalmente, por ter cuidado da minha família durante esses quatro anos e meio que estive longe.

Aos meus pais, Sérgio e Marli, agradeço por todo o companheirismo, amor e preocupação, vocês não imaginam o quanto sou grata por tê-los na minha vida. Ao meu irmão, João Henrique, agradeço pela parceria e pela “paciência”. Eu amo vocês infinitamente. Ficar longe de vocês foi muito difícil, mas agradeço a Deus por todos os ensinamentos que obtive nesse período.

Agradeço toda a família Guerino pelo suporte e ajuda nesses anos. A minha segunda família, os Ribeiros, obrigada pela fé e pelo amor de sempre, vocês são muito importantes na minha jornada. Lilica, Teobaldo e Viriato, quem me conhece sabe a importância de tê-los em minha vida, obrigada por me mostrarem o que é amor da maneira mais simples possível.

À minha melhor amiga, Êmilly, agradeço por toda a lealdade, apoio e amizade. Minha vida não seria a mesma sem a sua presença. Aos meus amigos, Rafael e Carol que mesmo de longe se faziam presente. Jennifer, minha vida acadêmica não seria nada sem você, obrigada por ser minha estrutura em Dourados. Minhas primas Bruna e Débora, que tanto me apoiaram e me acompanharam desde o começo dessa aventura, sou eternamente grata.

Agradeço a todos os colegas que participaram diretamente ou indiretamente da minha vida acadêmica. A todos os professores que fizeram parte da minha graduação, e principalmente, à minha atenciosa orientadora, Tchella Maso, pela paciência e ajuda por todo esse longo período de construção do trabalho.

RESUMO

Carmen Miranda ficou conhecida por seu carisma, simpatia, sedução, seu modo de atuar e cantar, por seus trejeitos. Conseguiu grande notoriedade no Brasil; em menos de dez anos de carreira foi considerada a artista mais bem paga que o país conheceu. Não ficou limitada apenas ao mundo da música, e na primeira oportunidade, expandiu sua carreira internacionalmente. O objetivo do trabalho é definir o papel da artista como atriz das relações internacionais no período entre guerras de 1930 a 1945, e para atingir esse propósito, os métodos de análise foram revisão bibliográfica e estudos qualitativos. O trabalho foi dividido em três partes: abordagens teóricas e conceitos; política externa brasileira e estadunidense e por último; Carmen Miranda como atriz das relações internacionais. O contexto em que a artista estava inserida era definido por interesses particulares entre Brasil e Estados Unidos, e Carmen ajudou – mesmo que sem intencionalidade – a difundir a cultura brasileira e legitimar a identidade nacional do Brasil, tornando-se a principal representante do Brasil externamente.

Palavras-Chave: Cultura; Identidade Nacional; Política Externa; Diplomacia Cultural; Indústria Cultural.

ABSTRACT

Carmen Miranda was known for her charisma, sympathy, seduction, her way of acting, singing, and her gestures. She achieved great notoriety in Brazil; because in less than ten years of career she was considered the highest-paid artist that the country met. She was not limited only to the world of music, and in the first opportunity, she expanded her career internationally. The objective of this work is to define the role of the artist as an actress of international relations in the period between wars from 1930 to 1945, and to achieve this purpose, the analysis methods were bibliographic review and qualitative studies. The work was divided into three parts: theoretical approaches and concepts; Brazilian foreign policy and American and last; Carmen Miranda as an actress of international relations. The context in which the artist was placed was defined by particular interests between Brazil and the United States, and Carmen helped – even though unintentionally – to spread Brazilian culture and legitimate Brazil's national identity, making her as the main representative of Brazil externally.

Key words: Culture; National Identity; Foreign Policy; Cultural Diplomacy; Cultural Industry.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS	10
1.1. Construtivismo	10
1.2. Feminismo	12
1.3. Cultura e relações internacionais	15
<i>1.3.1. Identidade Nacional</i>	<i>19</i>
<i>1.3.2. Diplomacia Cultural</i>	<i>23</i>
<i>1.3.3. Indústria Cultural</i>	<i>25</i>
2. POLÍTICA EXTERNA	28
2.1. Estados Unidos	28
<i>2.1.1. Contexto (1930-1945)</i>	<i>28</i>
<i>2.1.2. Estados Unidos e América Latina</i>	<i>30</i>
2.2. Brasil	35
<i>2.2.1. Política Externa Brasileira (1930-1945)</i>	<i>35</i>
3. CARMEN MIRANDA	44
3.1. Biografia	45
3.2. Carmen Miranda como atriz das relações internacionais	52
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	68

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carmen Miranda.....	44
Figura 2 – Carmen Miranda com Josué de Barros, seu “descobridor”	47
Figura 3 – Carmen Miranda vestida pela primeira vez de baiana, atuando no filme “Banana da Terra” (1938).....	49
Figura 4 – Carmen Miranda representando a relação do Brasil com os Estados Unidos	54
Figura 5 – Carmen Miranda fazendo propaganda do café brasileiro	56
Figura 6 – Carmen Miranda desembarcando nos Estados Unidos	57
Figura 7 – Carmen Miranda eternizando seu nome na calçada da fama em Hollywood	60
Figura 8 – Carmen Miranda durante as gravações do filme “Aconteceu em Havana” ...	61

INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1930 e 1940, o Brasil foi representado culturalmente por Carmen Miranda. O contexto histórico do Brasil estava propenso a aceitar novos rumos, devido ao começo do século XX, onde ocorreram transformações econômicas e sociais em todo o país. Após a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o país necessitava de novos meios de proteção e havia condições propícias para o início da ascensão de discursos nacionalistas.

Com a Revolução de 1930, e a consolidação de Getúlio Vargas no poder do Brasil, a estrutura governamental do país foi alterada. Getúlio almejava a expansão de um governo nacionalista, e para atingir seu objetivo, investiu na renovação da estrutura dos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, impulsionando a carreira de diversos artistas, como Carmen Miranda.

A música e televisão, assim como todos os meios de comunicação, tem alcance gigantesco, no que se refere ao seu poder de influenciar as pessoas. Carmen Miranda se utilizou desses meios para atingir sua consagração como pequena notável. O sucesso e reconhecimento da artista foram resultados de diferentes fatores, que possibilita compreender a história brasileira por meio da arte.

O papel de Carmen Miranda nas relações internacionais foi de extrema importância na consolidação da imagem brasileira no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Com a ascensão do governo de Vargas, o Brasil passou por um momento de centralização política, e buscava definir sua identidade nacional. Com o apoio do governo brasileiro, Carmen Miranda conseguiu se transformar em um símbolo de identidade brasileira e também latino-americana, através dos meios de comunicação de massa.

Em meio à política da Boa Vizinhança entre Estados Unidos e Brasil, Carmen Miranda foi de extrema estima em relação ao diálogo entre ambos os países. Baseado nisso, o trabalho foi constituído em torno da seguinte pergunta: qual a importância de Carmen Miranda no desenvolvimento e difusão da imagem do Brasil nos Estados Unidos?

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a comprovação dos “passos” que foram dados pela artista e o estudo de sua influência na construção da imagem do Brasil frente aos Estados Unidos, levando em conta os reflexos positivos e negativos dessa construção. Ainda também, com o objetivo de considerar quais são os fatores que

levaram a valorização e contribuição da artista, tendo como principal mecanismo propulsor de popularidade o cinema e o rádio.

Para atingir o resultado almejado, foi utilizado por meio de revisão bibliográfica autores como Adorno, Bobbio, Pecequilo, Seitenfus, Tota, Moura, entre outros, uso de imagens de Carmen Miranda e métodos qualitativos de pesquisa. A divisão do trabalho se dá em três partes, sob o seguinte esquema: (1) abordagens teóricas e conceitos; (2) política externa e; (3) Carmen Miranda como atriz das relações internacionais.

A primeira parte busca analisar quais são as teorias que podem servir como lentes de análise do trabalho. São duas: o construtivismo e o feminismo. O construtivismo defende que o mundo é socialmente construído; é produto de escolhas e também mutável. Para o trabalho, essa teoria serve para melhor entendermos como se dá a construção da imagem, ou seja, a construção da imagem do Brasil, a construção de uma identidade nacional, destacando que essa construção é moldada por interesses e construída por agentes nas relações internacionais.

O feminismo convém ao trabalho no sentido de associar o mundo – o qual é socialmente construído – e a construção da imagem que foi constituída no período, representada por uma mulher, Carmen Miranda. A artista se consolidou em um período que não era favorável a participação e protagonismo de mulheres nas relações internacionais, e a mesma foi considerada como figura de extrema importância cultural e política.

Ainda na primeira parte, é apresentada a grande área de pesquisa do trabalho – Cultura e Relações Internacionais – identificando e descrevendo conceitos de grande relevância para a melhor compreensão do trabalho. Os conceitos são: identidade nacional, diplomacia cultural e indústria cultural.

Na segunda parte, é apresentado o contexto histórico e política externa dos Estados Unidos e do Brasil no período de 1930 a 1945, buscando entender qual era o período em que Carmen Miranda consolidou sua imagem.

E por fim, na terceira parte, apresentar qual foi o papel exercido pela artista em um período de acentuada corrida por interesses brasileiros e estadunidenses. Destacando a consolidação da imagem do Brasil nos Estados Unidos por meio de Carmen Miranda como um instrumento de diplomacia cultural, inserida em meio à indústria cultural.

1 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS

São duas as teorias das Relações Internacionais que podem servir de análise para este trabalho: o Construtivismo e o Feminismo. A seguir, irá ser abordado suas principais concepções e objetivos para melhor entendimento do mesmo.

A grande área de estudo do trabalho se desenvolve em torno de cultura e relações internacionais, a partir disso, foram identificados conceitos úteis para análise, os quais são: identidade nacional, cultura de massa e indústria cultural.

1.1 Construtivismo

O construtivismo serve como embasamento teórico para este trabalho devido ao fato de que o mundo social – Sistema Internacional – em que vivemos é construído; e produto de escolhas, onde a sociedade é protagonista. Como afirma Nogueira e Messari (2005), o mundo está em constante transformação, e é construído pelos construtivistas, denominados de agentes.

Para el constructivismo [...] en definitiva, agentes y estructuras, aunque ontológicamente distintos, son entidades mutuamente constituidas. Cada una en cierto sentido afecta a la otra: están co-determinadas. Las estructuras sociales son el fruto de las consecuencias intencionadas o no de la acción humana. (SODUPE, 2004, p. 176).

Conforme Sodupe (2004), para os construtivistas, o sistema internacional é composto primordialmente por ideias. Os construtivistas consideram ideias e valores – que instruem a relação entre o agente e o mundo material – como função central para atingir o conhecimento sobre o mundo. Ou seja, não é ignorado por parte dos construtivistas a existência de um “mundo externo”, porém, esse mundo só tem nexos a partir do momento que o mesmo é mencionado e quais meios utilizados para o citar. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

[...] não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 162).

As ideias são elementos centrais para a compreensão da realidade social e internacional, pois ideias compartilhadas têm poder de ação. Ideia compartilhada traz significado comum, e por consequência, há comunicação. A instituição é considerada

pelos construtivistas como uma ideia compartilhada sólida, por isso, materialismo e idealismo são elementos ontológicos para o construtivismo.

Existem diferentes premissas em meio ao conceito de construtivismo. Não são todos os construtivistas que concordam com elas, porém é interessante abordar o conceito de identidade. A identidade não é pré-determinada, ela é construída de forma relacional. É defendido que são necessários instrumentos analíticos endógenos para definir a construção de identidades, as mesmas, possuem a capacidade de se adaptarem a política internacional. Os Estados podem admitir para si mesmos diferentes identidades, pois a identidade é baseada em interesses.

Nos dizeres de Sodupe (2004):

[...] Un agente estatal puede poseer múltiples identidades socialmente construídas, aunque la relevancia de identidades singulares y el compromiso que se asuma con cada una de ellas variarán atendiendo al contexto en que se encuentre. (2004, p. 178-179).

Em relação aos Estados, para os construtivistas não há convergência acerca da centralidade do Estado, entretanto, existem alguns construtivistas como Wendt, que defendem que o Estado é ator central, ator intencionado.

O discurso para os construtivistas é a ação política. Wendt, um dos principais nomes que representa o construtivismo, alega que a anarquia (estrutura) é constituída pelo que os Estados (agentes) fazem dela. E em relação à identidade, o autor defende que são formadas por processos e por isso, são mutáveis.

“Com esse argumento, Wendt acabou fechando um ciclo: processos relacionais podem levar a mudanças nas identidades coletivas, que, por sua vez, podem modificar a lógica de funcionamento da anarquia.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 176). Qualquer teoria que não leve em consideração maneiras de análise a processos de construção de ideias dos agentes e também seus valores, se torna uma teoria incompleta, seguindo os pensamentos de Wendt.

A importância e o valor do construtivismo para o estudo das relações internacionais repousa basicamente em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade. (ADLER, 1999, p. 206)

No campo das relações internacionais, o construtivismo pode se constituir como chave para o desenvolvimento de teorias dinâmicas no que se diz respeito a novas identidades, interesses políticos, sistemas de governo, entre outros. (ADLER, 1999). E também como método de investigação empírica.

1.2 Feminismo

Interpretado como movimento social e como debate sobre as questões de gênero, aqui entendido como o estudo da organização social e da participação das mulheres em meio à política internacional, e ainda, como maneira a reforçar o papel de Carmen Miranda como atriz das relações internacionais. Em razão das diversas vertentes feministas, destacar-se-ão suas principais concepções, e em linhas gerais, o que se denomina Feminismo nas relações internacionais. “*Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era gives the much-needed dialogue between IR theory and feminism a boost.*” (SYLVESTER, 1995, p. 167).

O feminismo tem forte presença nas Relações Internacionais. A teoria apresentou enormes avanços após o final da Primeira Guerra Mundial. Segundo Scavone (2008), estudos “sobre mulheres” ocorrem com a afirmação do feminismo em sua fase contemporânea, após a década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos. A partir desse momento, houve uma expansão do campo de investigação científico, fruto de pressão dos movimentos sociais.

“[...] *el feminismo forma parte del legado de la Ilustración, incluyendo en dicho legado el compromiso con proyectos de emancipación.*” (SODUPE, 2004, p. 197). Com suas contribuições, tornou-se possível denunciar o caráter indiferente das análises da política internacional acerca das dimensões de gênero.

Gênero trata de fenômeno recente no campo de conhecimento das Relações Internacionais, reunindo em torno de si rico acervo de estudos e pesquisas, tendo como investigação tanto evidências da própria realidade fenomenológica da sociedade contemporânea quanto a construção epistemológica de necessárias teorias interpretativas, configurando-se com vieses de políticas humanistas comuns, valores universais e na construção de uma cultura global. (OLIVEIRA, 2011, p. 12).

Questões sobre gênero nas relações internacionais surgiram no final da década de 1980, quando houve o início do Terceiro Debate, o surgimento de ideias pós-positivistas, e o movimento feminista conseguiu maior relevância em sua luta.

A questão do gênero é uma construção social e surge em meio a um contexto de poder, se destaca como categoria analítica central do feminismo. “Nas análises acerca da realidade internacional, é a categoria gênero que identifica a perspectiva feminista das RI.” (MASO; GALHERA, 2015, p. 3-4).

O objetivo das discussões acerca do gênero nas Relações Internacionais tem como princípio a luta feminista, com a finalidade de assegurar a emancipação de igualdades, direitos, e valorização do papel da mulher no mundo. (OLIVEIRA, 2011).

A concepção de gênero permite analisar, de acordo com Sodupe (2004), o masculino e o feminino como identidades fundamentais. Essas identidades são modificáveis, assim, a análise categórica sobre gênero é fator central para os/as feministas. Gênero é considerado como uma categoria de diagnóstico cultural, histórico e também político. (SCAVONE, 2008).

Considerando que o *mainstream* das relações internacionais se concentra no poder político do Estado e na segurança internacional, a principal provocação das autoras feministas é relacionada em incluir o papel do feminino em meio à vida internacional. A autora Oliveira (2011) expõe algumas questões, como:

[...] Como o gênero poderá contribuir com a discussão do comportamento dos Estados no sistema internacional? Não seria a disciplina de Relações Internacionais neutra em relação à questão de gênero? (OLIVEIRA, 2001, p. 55).

O feminismo se desenvolveu progressivamente no século XX, momento em que as mulheres conseguiram investir em carreiras profissionais em uma sociedade urbano-industrial moderna, contexto onde houve mudanças relevantes, como por exemplo, o avanço da medicina em relação aos meios de contracepção. Como afirma Scavone (2008):

Se tal produção teórica está contextualizada de forma mais ampla nas transformações políticas, econômicas e sociais que sacudiram a sociedade moderna em um período de transição, seu alicerce é a história das lutas feministas, as quais, ao longo de mais de dois séculos, propiciaram gradativa visibilidade às questões de gênero nos diferentes campos sociais. As idéias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela. (SCAVONE, 2008, p. 176).

De acordo com o dicionário de política de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o conceito de feminismo é indicativo a um movimento unido com um agrupamento de teorias visando à libertação da mulher.

Com o conceito de libertação, prescinde-se da “igualdade” para afirmar a “diferença” da mulher, entendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como assunção história da própria alteridade e busca de valores novos para uma completa transformação da sociedade. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 486).

O movimento feminista defende que homens e mulheres devem ser tratados como equivalentes, porque reconhecem que existe uma diferença entre os sexos (homens mais privilegiados) e lutam por igualdade. O feminismo passa a ser tratado como um campo político, quanto teórico-epistemológico, segundo Narvaz e Koller (2006).

A conduta internacional não abre espaço para a participação feminina. Existem muitas barreiras, as mulheres são tratadas ainda, apesar da luta e dos avanços feministas, como apenas objetos de estudos. Como afirma Enloe (2000):

Women's roles in creating and sustaining international politics have been treated as if they were 'natural' and thus not worthy of investigation. [...] international politics remains relatively untouched by feminist thought. (ENLOE, 2000, p. 4-5).

Exemplificando isso, Enloe (2000), expõe que a análise feminista tem tido pouco impacto na política internacional e que são raras as vezes que participantes da política internacional dão espaço e levam a sério as perspectivas femininas.

[...] fazendo uso do método empírico, [...] a construção histórica da relação de gênero no âmbito das Relações Internacionais, no que se refere ao emprego do poder, formação do Estado e a questão da segurança nacional enquanto ferramentas do realismo político, para legitimar a exclusão das mulheres nas tomadas de decisão das políticas governamentais. (OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 60).

Enloe (2000), em relação à participação das mulheres nas Relações Internacionais, cita Carmen Miranda. Por exemplo, a partir do momento que os executivos criaram uma logomarca para bananas importadas, usaram uma das marcas simbólicas do figurino da artista para se autopromoverem por meio da imagem de Carmen Miranda, sendo assim, a mulher realmente não tem importância na participação das relações internacionais?

Ou seja, homens norte-americanos, usando a imagem da artista como mecanismo de difusão econômica e reformulação da política regional dos Estados Unidos. *“Carmen Miranda alerts us to the fact that it would be a mistake to confine an investigation of regional politics or internacional agribusiness to male foreign-policy officials, male company executives and male plantation workers.”* (ENLOE, 2000, p. 2).

Marcados pelas ressonâncias das lutas por redistribuição, justiça e direito políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias, os estudos de gênero e feministas mostraram-se historicamente comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associando-as a contextos mais abrangentes. (SCAVONE, 2008, p. 176).

Existem diferentes fases do feminismo, a primeira (ou também pode ser chamada de primeira onda do feminismo), tinha como objetivo a diminuição da discriminação contra as mulheres e a inclusão de direitos, incluindo a busca pelo direito do voto.

Não basta para o feminismo apenas introduzir a mulher no mundo de produção. É indispensável modificar esse modo de produzir, assim como toda a superestrutura cultural e psicológica, e cabe somente às mulheres gerenciar o seu próprio poder. (BOBBIO, 1998).

O feminismo em meio as Relações Internacionais contribui, obviamente, na busca pela ampliação dos direitos das mulheres, fazendo com que tenham mais relevância e destaque acerca do discurso internacional dos direitos humanos. (SODUPE, 2004).

1.3 Cultura e relações internacionais

As Relações Internacionais clássicas são caracterizadas pelo estatocentrismo – o Estado que detém o poder máximo – e que apresenta uma realidade internacional anárquica, descentralizada e também conflitiva. Em suma, são relações que tem como atributo a política do poder, diferenciadas pelas relações sociais. (OLIVEIRA, 2011a).

Já as Relações Internacionais contemporâneas são caracterizadas por ter aspecto social internacional, onde as relações entre indivíduos e grupos sociais se estabelecem justamente pela qualidade internacional. Apesar de a sociedade internacional ser o objeto, não se deve negar a importância do Estado, como afirmam Oliveira e Silva (2011b). E ainda reforçam:

[...] o relevante papel do Estado junto ao fenômeno dinâmico da sociedade internacional, posto que esta, como critério definidor das Relações Internacionais, projeta-se além dos limites e fronteiras do próprio Estado, dos diversos atores e instituições, da localização e da internacionalidade, uma vez que sua transcendência deverá circundar o fenômeno em si mesmo, em torno do qual gravitam inúmeras e diversificadas relações que integram a grande unidade mundial: a sociedade contemporânea. (OLIVEIRA; SILVA, 2011b, p. 27).

As Relações Internacionais contemporâneas fazem parte de um conjunto de relações que inclui uma grande variedade de atores além dos Estados, como: instituições, grupos particulares, representantes governamentais, entre outros. Onde seus interesses excedem as fronteiras nacionais, fazendo com que atuem em plano internacional. Nos dizeres de Oliveira e Silva (2011b): “Nesse sentido, as Relações

Internacionais envolvem-se com as relações da realidade da sociedade internacional, atualmente vista sob sua perspectiva global e uma grande multiplicidade de atores [...]” (2011b, p. 28).

De acordo com Martins (2007), a definição de cultura por antropólogos em geral, se resumiria no modo de vida de um povo. A cultura é capaz de assumir papel distintivo em relação à definição do indivíduo no que se refere a sua identidade. Esses elementos distintivos podem ser a língua de um povo, religião, espaço, entre outros exemplos, os quais são constituídos historicamente.

Nos dizeres de Martins (2007):

[...] Os processos históricos nos quais se dão as afirmações particulares dos indivíduos incluem a dimensão coletiva, da comunidade ou da sociedade na qual determina parte dos referentes individualizantes é compartilhada. Essa dimensão contém um componente atemporal, ou transtemporal, que funda, reforça e sustenta o elemento da duração e da continuidade coletivas em que se situam as pessoas e os grupos. (MARTINS, 2007, p. 30).

A realidade onde vivemos é mediada pela cultura. Mas afinal, o que é cultura? Como afirma Concone (2011):

[...] a nossa percepção do mundo é permeada por aquilo que chamamos cultura; a cultura se assenta na capacidade de simbolizar – de atribuir sentidos; cada sociedade constrói e passa adiante ao longo da sua História um mundo no qual se vive, nasce e morre. Um mundo sujeito ao movimento e à alteração. (CONCONE, 2011, p.57).

“As variadas noções de cultura não dizem apenas respeito a transformações na língua, mas também uma profunda mudança no entendimento dos ‘outros’ e de nós mesmos, com consequência nas ciências sociais” (BORJA, 2010, p. 3). A dimensão social aliado à identidade pessoal não depende necessariamente da estrutura formal do Estado. (MARTINS, 2007).

Devido às mudanças que o mundo enfrentou durante o século XX, principalmente a partir da década de 1950, novas concepções de relações internacionais foram incorporadas, tornando mais difícil definir o estudo sobre cultura e também do papel da cultura nas Relações Internacionais, segundo Borja (2010).

Compreender cultura como produção de sentido, [...] implica aceitar que a cultura está continuamente em construção, realçando sua natureza histórica, mutável e plural. Na segunda metade do século XX, período no qual esse debate aconteceu, esse alargamento do conceito de cultura era essencial para compreender a importância crescente dos meios de comunicação como circuitos culturais. (BORJA, 2010, p. 5).

Como afirma Martins (2007), a partir da segunda metade do século XX, ocorreu uma busca frenética – principalmente por parte dos países Ocidentais com

tradição cultural europeia –, da identidade nacional dos países, na qual abrange elementos políticos, econômicos, culturais, etc, entre grupos, etnias e sociedades. Exemplo disso é o Brasil e a busca de sua identidade nacional, que legitimou sua identidade no século XX.

Isso ocorreu devido a um elevado grau de instabilidade cultural, econômica e política no sistema internacional, e ainda, com advento da Segunda Guerra Mundial, que obrigou os países a enfrentarem um processo de autodefinição e autoafirmação, como afirma Martins (2007). Durante o século XX ainda, surgiu uma nova concepção de cultura, a qual tratava a noção de cultura como modo de vida (BORJA, 2010).

O componente comum em todas as culturas é a história, porém cada história contém sua especificidade. A especificidade se forma em relação a como se constituiu o processo de formação, seu operar no presente e o “cálculo” antecipado de uma situação futura.

O ambiente cultural de cada indivíduo ou sociedade é o responsável por toda a produção histórica que corresponde ao meio. Por isso, como defende Martins (2007), o referencial cultural pode resultar em disputas e conflitos, devido a essa diferença cultural entre grupos próximos e também distantes.

Martins (2007) trabalha com três dimensões culturais que foram propostas por Jörn Rüsen: a dimensão estética, política e cognitiva. A primeira possui uma estrutura informal na qual está apoiada na literatura e nas artes, como músicas, teatro, novela, entre outros exemplos, os quais correspondem aos meios de expressão artística.

A dimensão política extrai a ideia de que toda forma que fora implantada seja de organização política ou institucional da sociedade, deve ter o consentimento de todos os indivíduos que nela residem. “A legitimidade é a aptidão estrutural do sistema político para receber adesão, supondo-se que os mecanismos de sua justificação encontram base (real ou forjada) na memória histórica da coletividade [...]” (MARTINS, 2007, p. 36).

A dimensão cognitiva é considerada como característica das sociedades contemporâneas. “O tratamento científico das fontes faz encontrarem-se a cultura histórica presente no tempo passado e em seus vestígios e a cultura histórica presente no pesquisador e em seu meio cultural.” (MARTINS, 2007, p. 37).

Com essas três dimensões da cultura histórica é possível identificar pontos comuns entre agentes racionais humanos criando assim, condições para uma maior diversidade cultural.

Conforme Martins (2007) defende, a cultura seria uma condição necessária, porém não satisfatória, para identificar a natureza humana de determinados seres, seja individual ou coletivamente. Destacando que a interpretação da cultura como um processo, se conecta com a compreensão do mundo, como fenômeno histórico, mutável e também incerto (BORJA, 2010).

As relações internacionais atualmente enfrentam um constante processo de alteração no que se diz respeito às relações entre os Estados. Isso ocorre devido à multiplicação de Estados soberanos. Segundo Ribeiro (2011):

[...] as relações internacionais se ampliam em uma escala até pouco tempo inimaginável. A crescente capacidade de organização das sociedades modernas cria e alimenta uma demanda constante de intercâmbio econômico e cultural. (RIBEIRO, 2011, p. 22).

A cultura é representada por duas entidades formais, o Estado e o mercado. Nos dizeres de Martins (2007):

[...] A política de gestão da sociedade institucionalizada em Estado e a atividade econômica, regulada primariamente pelo mercado, pertencem também ao âmbito das relações sociais culturais, em que iniciativa pessoal, condicionantes históricos e operações de orientação e planejamento, em graus diversos de sofisticação, interagem. (MARTINS, 2007, p. 45).

Segundo Dupas (2007):

A força do capital – e sua perspectiva – se impõe de modo absoluto e autônomo, tomando o espaço estratégico principal do poder global. Dentro dessa ótica, o que é bom para o capital acaba determinando o que deve ser bom para todos. (DUPAS, 2007, p. 13).

Ainda assim, o modo de vida de um povo/sociedade segue perdurando como elemento que identifica uma comunidade. Porém, com a consolidação dos Estados modernos, o modo de vida automaticamente se enquadra em uma moldura institucional que os Estados passaram a exercer. (MARTINS, 2007).

As relações internacionais atualmente enfrentam um constante processo de alteração no que se diz respeito às relações entre os Estados. Isso ocorre devido à multiplicação de Estados soberanos, segundo Ribeiro (2011).

As Relações Internacionais representadas por Estados, ONGs (Organizações Não Governamentais), empresas multinacionais, entre outros atores, conforme Bijos e Arruda (2010), atuam por meio do *soft power* no que se diz respeito ao contexto do sistema internacional de cultura, diplomacia e globalização, conceito que foi introduzido por Nye durante a década de 1980.

O *soft power* ou também conhecido como poder brando, conforme Bijos e Arruda (2010):

O chamado poder brando se utiliza da persuasão e da atração para conseguir os objetivos, e o instrumento utilizado para tal empreendimento seria a atração cultural e a atração por valores políticos e ideológicos, destacando-se uma cultura e uma ideologia atraentes, servindo de marco para que os outros países o acompanhem em suas ações. O soft power é mais utilizado por aqueles países que não possuem vantagens na área militar ou econômica, e portanto se utilizam de meios alternativos para exercer influência. (BIJOS; ARRUDA; 2010, p. 35).

Buscando uma maior compreensão dessa relação entre cultura e relações internacionais, se faz necessário analisar separadamente três tipos de vertentes que fazem parte do que conhecemos por cultura: Identidade Nacional, Diplomacia Cultural e Indústria Cultural.

1.3.1 Identidade Nacional

Os debates acerca do termo nação começaram a partir do século XVIII, período anterior a Revolução Francesa, mas somente no século XIX foi possível consolidar o termo. Os Estados perceberam que era necessário definir os contornos de seus grupos como uma necessidade natural do processo de institucionalização política de toda a sociedade.

O período de consolidação desse uso específico do termo nação, entre o final do século XVIII e meados do XIX, coincide com a ascensão da burguesia ao poder e a conclusão do ciclo revolucionário iniciado em 1789. Ao estabelecer-se no poder, a nova classe dominante [...] encontra no Estado-nação uma forma de legitimar sua nova posição social, manipulando fatos passados e “inventando” tradições para criar laços históricos que apresentassem a emancipação de uma classe social, a burguesia, como se fosse a emancipação de toda a humanidade. (CARBONARO, 2013, p. 1-2).

Com a consolidação de uma nação, há a afirmação de um sentimento de pertencimento a comunidade, criado pelo Estado Nacional. Apesar de transparecer ser uma comunidade democrática, existe a imposição de determinada cultura sobre outras minorias culturais existentes por parte do Estado. A nação seria apenas o reflexo de indivíduos que estão no poder de determinada comunidade.

Normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos – ou pelo menos existentes *ab immemorabili* – e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob forma do Estado Nacional. (BOBBIO, 1989 apud CARBONARO, 2013, p. 2).

Durante o século XVIII na Europa Ocidental ficou marcada pelo início da era nacionalista, segundo o autor Anderson (2008). E o mesmo, afirma que não existe o fim da “era nacionalista”, pois considera que “[...] a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos.” (2008, p. 28).

O que é o nacionalismo? Para Anderson (2008), “[...] O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade [...] quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos.” (2008, p. 30)

O apogeu do nacionalismo na Europa ocorreu após a Primeira Guerra Mundial e resultou na criação de novos Estados (HOBBSAWM, 1991). A partir desse momento, grupo de pessoas que se autoconsiderassem como uma “nação” poderiam recorrer ao direito a um Estado soberano e independente.

Inicialmente, os movimentos estatais europeus durante o século XIX, eram baseados principalmente, como afirma Hobsbawm (1991) em “[...] comunidades de letrados, unidos através de fronteiras políticas e geográficas pelo uso de uma língua estabelecida da alta cultura e por sua literatura.” (1991, p. 126-127).

Martins (2007) analisa o processo de construção de identidade por quatro vertentes: a identidade por assimilação ou apropriação, identidade por contraste, identidade por diferença e por último, identidade por rejeição.

A identidade por assimilação ocorre quando há um processo de submissão de um sujeito a outro, ou também de uma comunidade a outra, resultando em uma fusão entre as partes. A identidade por contraste é constituída por um processo de diferenciação entre determinadas culturas, reforçando seus elementos incomuns. Identidade por diferença apresenta elemento comum com as outras formas de construção de identidades.

E por último, a identidade por rejeição é aquela apresenta forte intensidade em processos conflituosos. “Em suas crises de crescimento, não apenas o indivíduo, mas também grupos sociais, comunidades imigradas ou transplantadas etc., podem tender a buscar pelo combate àquela(s) em que se encontrem porventura imersas.” (MARTINS, 2007, p.41).

“Os Estados buscam justificar e legitimar seu poder conformando o modo de pensar de seus cidadãos por intermédio dos sistemas de educação e de comunicação de massa.” (MARTINS, 2007, p. 47). As discussões acerca da identidade nacional brasileira começaram a ser discutidas a partir do século XIX, e as mesmas, vieram recheadas de preconceito dos próprios pesquisadores da época. O Brasil assim como

toda América Latina, enxergava a Europa como “centro do mundo”, pois considerava que aquela cultura era mais desenvolvida, e, portanto, melhor.

Para estabelecer uma identidade é necessário definir laços comuns considerando as diferentes regiões e costumes de um país. Para a definição de uma nação e por consequência a identidade, não basta apenas analisar os acontecimentos históricos da região, mas também seria necessário inventá-la. (FIORIN, 2009).

Queiroz (1989) afirma que os cientistas sociais da época, estavam conscientes da heterogeneidade de traços culturais que o Brasil detinha e rotulavam isso como um atraso para se chegar ao esplendor da civilização europeia. Os pesquisadores somente concebiam uma identidade cultural se fossem como a maneira Ocidental, pessoas brancas, educadas, entre outras características.

[...] Na construção da identidade brasileira teria que ser levada em conta a herança portuguesa e, ao mesmo tempo, apresentar o brasileiro como alguém diferente do lusitano. É isso que explica o modelo adotado para descrever a cultura brasileira. (FIORIN, 2009, p. 117).

Por ser um país heterogêneo, o Brasil apresenta a mistura de contribuição de brancos, índios e negros na constituição da nacionalidade. Os estudos sobre a identidade nacional brasileira tomaram outros rumos em 1922, durante a Semana de Arte Moderna de São Paulo, na qual dois autores buscaram mostrar que o problema sobre a heterogeneidade da cultura brasileira, na verdade não era um problema, e que poderiam ser totalmente admitidos, esses autores eram Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

A literatura teve um papel muito importante na constituição da nacionalidade, devido ao conteúdo que era produzido por seus autores. Inicia-se no Romantismo, a construção da ideia de que a cultura brasileira se fundamenta na mistura de outras culturas. “O que distingue o Brasil é a assimilação, com a consequente modificação, do que é significativo e importante das outras culturas”. (FIORIN, 2009, p. 120).

Mário de Andrade, por exemplo, demonstrou que a originalidade da cultura brasileira era justamente por ser tão diferente dos outros povos. Segundo Fiorin (2009), a nacionalidade é uma identidade, e era preciso apresentar a sociedade brasileira, que o brasileiro era diferente do lusitano, pois o patrimônio brasileiro era diferente.

“No trabalho de constituição da nacionalidade, a literatura teve um papel fundamental. Os autores românticos, com especial destaque para Alencar, estiveram na linha de frente da construção da identidade nacional.” (FIORIN, 2009, p. 118-119). José de Alencar teve seu nome em destaque na colaboração da nacionalidade devido a sua

obra “O Guarani”, pois com a obra encabeçou a elaboração de um modelo explicativo da cultura brasileira.

As especificidades da cultura brasileira que foram consideradas como “erradas”, eram justamente o que constituiria o Brasil como uma nação. Como defende Fiorin (2009), “[...] começa-se a elaborar um modelo explicativo da singularidade da cultura brasileira, pois é essa especificidade que constituiria o Brasil como uma nação.” (2009, p. 119).

Inaugurado na década de 20, ecoando entre nós as vanguardas artísticas européias, o Modernismo brasileiro, numa primeira etapa, preconizou a universalização, para em seguida defender a singularidade. Empregando nossa tradição seríamos modernos, dizia enfim a síntese modernista. [...] E persistia nossa vontade de ser moderno, frequentemente tornada projeto nacional. (MENDONÇA, 1999, p. 45).

Em sentido político, a identidade nacional é capaz de legitimar, e assim, proporcionar credibilidade para um país aos olhos externos. O assunto sobre identidade cultural é automaticamente relacionado como um fator de poder.

Durante a Era Vargas, a modernização era o principal anseio do governo, e buscou a modernização por meio de nossa tradição. Os modernistas com o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ingressaram na missão de modernizar o país, como afirma Mendonça (1999).

Na época, mais importante do que a educação, era a consolidação da nacionalidade brasileira e os meios de comunicação foram os maiores aliados do governo varguista. “Mal começava a era Vargas, já eram estabelecidas medidas para a área. Um departamento de propagando foi criado em 1931, com o objetivo de observar os meios de difusão.” (MENDONÇA, 1999, p. 46).

“Numa tendência observada em países transitando rumo a sociedades urbano-industriais, legitima-se a intervenção estatal no setor da cultura, com a argumentação de que em seu âmbito se encontrava a identidade nacional.” (MENDONÇA, 1999, p. 47). Houve um esforço por parte do governo para mudar a “cara” que definiria e representaria o país externamente, onde o mesmo era conhecido como país berço do samba (ritmo de origem negra).

Carmen Miranda foi a principal representante do país externamente e conseguiu levar a imagem que o governo desejava. Solidificou a imagem de um país alegre, tropical, com lindos pontos turísticos, sensual, e entre outras características, atraindo atenção de governos distantes e maior número de turistas.

A cultura cria elos antes inexistentes entre os diferentes povos, ela independe de origens, localização geográfica, economia etc., ela possui um caráter universal, pois seu alcance é infinito. Nesse sentido a cultura de um país representa sua identidade, aquilo que o difere de outras nações, o que torna cada país único. (BIJOS; ARRUDA; 2010, p. 37-38).

Em suma, a identidade nacional é arquitetada historicamente e está sujeita a mudanças diárias; também é construída subjetivamente por meio de símbolos e diferentes recursos, porque a nação não é estática e se movimenta com base em interesses.

1.3.2 Diplomacia Cultural

Grande parte das culturas hoje conhecidas se formou por troca ou empréstimos de culturas diferentes da sua. A inovação está na velocidade de propagação da informação, como afirma Ribeiro (2011). Na contemporaneidade, a cultura passa a ocupar lugar de destaque em meio à política internacional. “[...] Para muitos autores, inclusive, após as revoluções agrária, industrial e tecnológica, estaríamos agora às voltas com uma revolução cultural”. (RIBEIRO, 2011, p. 23).

A cultura modificou seu patamar, tornando não mais é possível considerá-la como exclusiva apenas de algumas classes sociais, e adquiriu com o avanço das relações internacionais, um caráter universal.

Porém, os Estados ainda detém a função principal nos processos de “intercâmbio cultural”, como por exemplo, assegurar o fluxo de trocas. Procurando ainda estabelecer pelos canais de comunicação “[...] uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si.” (RIBEIRO, 2011, p. 24). Ocorre um fluxo de trocas culturais por meio das relações diplomáticas entre os países. A ação diplomática é considerada como um modo específico de política externa de um Estado.

Os países desenvolvidos aproveitam por estabelecer suas ações voltadas ao fator cultural, buscando expandir sua atuação em meio a diferentes “campos” culturais garantindo assim, maior atuação de cunho político, econômico, e entre outros. Como reforça Ribeiro (2011), “[...] as relações culturais viabilizam, com eficácia singular outros tipos de objetivos dos Estados, nos planos políticos, econômicos ou comerciais.” (2011, p. 25). A interação entre o campo político, econômico e cultural com a modernização foi se tornando cada vez mais complexo e dinâmico.

Como resultado dessas políticas que incluem fatores culturais, automaticamente é expandido interligações culturais entre diferentes Estados,

promovendo, como já citado, um intercâmbio cultural. A cultura pode e é capaz de desempenhar papel de importância em relação a superação de barreiras que separam povos distantes, reduzindo a desconfiança, propagando maior compreensão entre diferentes povos.

[...] as relações culturais incluem, também, as comunicações que os grupos sociais, as comunidades acadêmicas, os artistas, os produtores de cultura espontaneamente estabelecem entre si, independentemente das fronteiras que os separem, com ou sem a ajuda dos Estados a que pertencem, e algumas vezes até contra a vontade desses estados. (RIBEIRO, 2011, p. 15).

Apesar de o sistema internacional ser totalmente heterogêneo, existem problemas comuns entre os Estados, e por consequência, acabam causando a aproximação dos mesmos na tentativa de resolvê-los. Os problemas que podem ser citados são relacionados ao meio ambiente, busca por alimentos, administração de recursos energéticos, doenças, entre vários outros. “[...] a diplomacia cultural emerge como uma das mais completas ferramentas capazes de [...] permitir um intercâmbio entre os ganhos de cunho político, econômico e de cooperação.” (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 34).

Com o desenvolvimento de tecnologias e os meios de comunicação de massa, implicaram em uma maior intensidade de transmissão de troca de ideias e informações entre os Estados. Resultando assim, em ocorrências e fenômenos distantes capazes de impactar internamente diversos lugares, assim como, acontecimentos locais podem repercutir em escala global. (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Com a diplomacia cultural torna possível criar e programar ações/políticas visando à difusão da cultura com o objetivo de maior defesa de valores nacionais externamente e também visando maior inserção internacional de um país. Um exemplo prático a isso foi a Política da Boa Vizinhança dos Estados Unidos com a América Latina implementada em 1933, onde havia uma troca de informação entre as regiões, visando fortalecer os laços políticos.

A cultura representada por um meio diplomático de política externa tem a competência de facilitar a inserção dos Estados no meio internacional com uma forma mais pacífica. Um Estado que utiliza a diplomacia cultural, deve ser cauteloso, pois, ao mesmo tempo em que diplomacia cultural é uma forma pacífica, está suscetível a eclosão de desacordos e conflitos. Afinal, a cultura apresenta dinâmicas de exclusão e fragmentação. (BIJOS; ARRUDA, 2010).

1.3.3 Indústria Cultural

A indústria cultural surgiu no século XVIII, com a Revolução Industrial. Com o termo, deve relacionar a existência de uma economia de mercado e a necessidade de uma sociedade de consumo. Tanto a indústria cultural, como a cultura de massa, e meios de comunicação surgiram com o advento da industrialização. (COELHO, 1993). A comunicação de massa é um atributo da sociedade de massa.

O termo “indústria cultural” automaticamente se relaciona com os conceitos de criação, distribuição de produtos culturais e produção, destinado as grandes massas. Horkheimer e Adorno (2009) defendem a ideia de que a cultura contemporânea é semelhante, e os meios de comunicação como o rádio e filmes são capazes de constituir um sistema.

Com a chegada da tecnologia e por consequência o desenvolvimento dos meios de comunicação, criou-se falsa impressão de que não há nenhum tipo de obstáculo que tivesse a capacidade de impedir o intercâmbio de produções e valores culturais entre os Estados. A massificação e consumo da produção cultural não influem na efetivação de uma sociedade mais justa e também democrática. (ZUIN, 2001).

Ainda conforme Horkheimer e Adorno (2009), toda a cultura de massa que está estruturada em meio a um sistema econômico, é idêntica. E em relação ao cinema e o rádio não se faz mais necessário serem considerados como arte. “[...] A verdade de que nada são além de negócios lhes serve de ideologia” (HORKHEIMER; ADORNO; 2009, p. 6), pois ambos se auto denominam indústrias. Ambos os autores criticam a indústria cultural que estava emergindo durante a década de 1940.

[...] a técnica da indústria cultural só chegou à estandardização e à produção em série, sacrificando aquilo pelo qual a lógica da obra se distinguiu da lógica do sistema social. Mas isso não deve ser atribuído a uma lei de desenvolvimento da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia contemporânea. (HORKHEIMER; ADORNO; 2009, p. 6).

A indústria cultural segundo Horkheimer e Adorno (2009), não se resumiria apenas ao termo indústria, pelo fato de não estar somente relacionada ao processo de produção. Jacks (1997) considera que a indústria cultural é um termo utilizado com o objetivo de definir o produto simbólico que é distribuído e produzido em meio a uma sociedade capitalista, e que, portanto, não é capaz de se esquivar a lógica desse sistema.

A mercadoria que é produzida pela indústria cultural possui valor simbólico, e sua produção é realizada em grande escala, até mesmo pode ser considerada mecânica. Como afirma Fadul (1993):

[...] possui um valor simbólico muito grande, embora ela se organize da mesma forma que uma fábrica de automóveis. Por quê? Sua produção é em grande escala – basta ver as tiragens dos jornais e as audiências da televisão e do rádio-; tem um baixo custo, porque se beneficia da economia de escala; é padronizada pois é a eterna repetição do mesmo. (FADUL, 1993, p. 56).

“[...] há uma nítida fissura entre os conteúdos ideológicos da promessa de uma vida mais justa por causa da “democratização da cultura” e o real cumprimento dessa intenção.”. (ZUIN, 2001, p.10). A indústria cultural passa a ser um mecanismo de manipulação. Os produtos culturais acabam por se transformar em mercadorias. Os monopólios culturais em comparação aos monopólios industriais são considerados débeis e totalmente dependentes de acordo com Horkheimer e Adorno (2009).

Através dos meios de comunicação, a indústria cultural e a cultura de massa, aliadas com a industrialização, produzem alterações no modo de produção e trabalho “[...] que determina um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massa), implantando numa e noutra os mesmo princípios em vigor na produção econômica em geral.” (COELHO, 1993, p. 6).

A cultura nesse contexto passa a não ser mais vista como um instrumento de expressão, mas sim como um mecanismo que pode ser utilizado para conseguir mais capital, e assim como qualquer mercadoria, deve ser consumida. E ainda, a cultura aliada com os meios de comunicação de massa se torna incontrolável.

A cultura como um produto, segundo Coelho (1993), seria:

[...] produto feito de acordo com as normas gerais em vigor: produto padronizado, como uma espécie de *kit* para montar, um tipo de pré-confeção feito para atender necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo de questionar o que consome. Uma cultura perecível, como qualquer peça de vestuário. Uma cultura que não vale como algo a ser *usado* pelo indivíduo ou grupo que a produziu e que funciona, quase exclusivamente [sic], como valor de troca (por dinheiro) para quem a produz. (COELHO, 1993, p.7, grifo do autor).

De acordo com Horkheimer e Adorno (2009), a cultura deve satisfazer os “poderosos”, para que não diminua seu domínio sobre a sociedade de massas, evitando que esteja vulnerável a uma série de “limpezas”.

Portanto, em relação à produção da indústria cultural seu produto não é elaborado por livre arbítrio por seus produtores, sendo assim, é necessário que seus produtos sejam heterogêneos e satisfaçam os anseios da população. A indústria cultural

transformou o que era conhecido como cultura – uma identidade, características particulares de uma comunidade – em um mercado de consumo e de produção capitalista, no qual visa apenas os lucros.

2 POLÍTICA EXTERNA

Para melhor compreensão do período em que Carmen Miranda se consolidou como figura de destaque, a seguir será exposto à política externa dos Estados Unidos e do Brasil durante o período de 1930 a 1945.

2.1 Estados Unidos

2.1.1 Contexto (1930-1945)

A ascensão dos Estados Unidos, como potência, deu-se com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), após investirem na recompra dos investimentos que tinham construído a infraestrutura de sua economia e, ainda, porque conseguiram acumular créditos. Nos dizeres de Arrighi (2013), “*Graças a esse excedente e a seus créditos de guerra, os Estados Unidos equipararam-se à Grã-Bretanha na produção e regulação do dinheiro mundial*” (2013, p. 279).

Durante os anos de 1919 a 1939, o sistema internacional enfrentou um período conturbado para as relações internacionais seja economicamente ou politicamente. Não havia a possibilidade de construir um novo ordenamento para o sistema, e segundo Pecequillo (2011), os Estados Unidos se mantiveram em destaque, pois apesar do contexto mundial, não reordenaram suas políticas doméstica e externa e retomaram a política de desvinculação do continente europeu.

Herbert Hoover se elegeu como presidente dos EUA (período de 1929 a 1933); seu governo foi considerado como um dos menos sucedidos¹. O presidente primeiramente estava preocupado com a situação da política doméstica na qual o país se encontrava. A Grande Depressão que afetara todo o sistema internacional, o impediu de desenvolver qualquer iniciativa de política externa relevante ao país (SHOULTZ, 2000).

De acordo com Mazzuchelli (2008), a instabilidade pós-guerra se expandiu por todo o globo por meio da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. A queda da economia veio precedida pela fragilidade da regulação e descuido da percepção dos riscos gerando uma febre especulativa. Houve também o aumento de operações

¹ A economia estadunidense que estava enfrentando os problemas providos da Grande Depressão, em 1932 sofreu maiores consequências após a campanha presidencial de Herbert Hoover. Após o advento da eleição, bancos faliram, houve o fechamento de empresas e ocorreu uma onda de desemprego. A população culpou o presidente eleito pelo agravamento da situação política.

financeiras inseguras e excessiva expansão de crédito, resultando em consequências desastrosas para a economia mundial e profundos impactos sociais.

As ações desenvolvidas para a superação da crise foram resumidamente voltadas à imposição de critérios de regulação mais rigorosos sobre toda a economia mundial. Os Estados Unidos, por exemplo, abandonaram o padrão-ouro, pois defendiam a ideia de que a política monetária não poderia ser descartada como instrumento na luta pela retomada da inflação.

Politicamente, o pós-guerra se refletiu na ascensão do fascismo (Benito Mussolini chega ao poder em 1922 na Itália), e do nazismo (o Partido Nacional Socialista nomeia Adolf Hitler em 1930), além da crise das democracias.

Como afirma Pecequilo (2011), “No caso dos Estados Unidos, a Grande Depressão contribuiu ainda mais para uma política de isolamento e distanciamento dos negócios internacionais.” (PECEQUILO, 2011, p. 107). Em 1933, Franklin Delano Roosevelt foi eleito presidente dos Estados Unidos e permaneceu frente ao país até sua morte em 1945. Suas políticas governamentais se concentraram, primeiramente, na superação da Grande Depressão; posteriormente, contra a propagação do nazismo e fascismo na região.

Internamente, Roosevelt foi responsável pela criação de um pacto nacional, conhecido por New Deal, no qual:

A essência do New Deal era a ideia de que os grandes governos deviam gastar com liberalidade para conquistar a segurança e o progresso. Assim, a segurança do pós-guerra exigiria uma certa liberalidade de desembolsos por parte dos Estados Unidos, a fim de superar o caos criado pela guerra. (ARRIGHI, 1994, p. 285. Apud SCHURMANN, 1974, p. 67).

Com o New Deal, foi possível, para os Estados Unidos, superar a crise que afetava o cenário internacional e recuperar também sua economia. A hegemonia do país cada vez mais conquistava novas posições e com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), recuperou seu vigor.

Como afirma Pecequilo (2011), os Estados Unidos, assim como na Primeira Guerra Mundial, adiaram o quanto foi possível sua entrada na Segunda Guerra Mundial, mantendo sua neutralidade. Desde 1939, por avaliação da Presidência, havia indícios de que seria necessária a participação do país em meio ao conflito, porquanto extremamente danoso se a Europa fosse dominada pela Alemanha nazista. Porém, o Congresso junto à opinião pública defendia o isolacionismo acentuado, dificultando assim qualquer ação.

Com a expansão da Segunda Guerra Mundial, o perigo de uma hegemonia continental alemã era claro, e com ela, o perigo de que poderia surgir uma nova hegemonia no Pacífico, mais precisamente na Ásia, o que por certo, atingiriam diferentes áreas, ameaçando os interesses particulares dos Estados Unidos. Ainda assim, os Estados Unidos relutaram em participar da guerra, o que ocorreu somente em 1941, quando houve ataque a base militar americana Pearl Harbor, “os norte-americanos foram convencidos de que era preciso engajar-se diretamente no conflito. [...] provou que os Estados Unidos não seriam preservados [...] fornecendo também a justificativa que faltava perante a opinião pública [...]” (PECEQUILO, 2011, p. 111).

A política externa estadunidense com a entrada no novo conflito precisaria ser reformulada. Segundo Pecequilo (2011), “[...] a política externa que servira aos Estados Unidos tão bem desde o início de sua história tornara-se perigosamente inadequada para o século XX.” (2011, p. 112). Os Estados Unidos estavam aumentando cada vez mais sua participação no sistema internacional e desempenhando também novas atividades, porém não integrava essa nova realidade em que se encontravam na formulação de suas estratégias; o país preferia continuar com sua retórica pacifista e isolacionista.

Com a guerra chegando ao fim, existia a dúvida se os Estados Unidos assumiria a responsabilidade como novo maior poder do sistema e se reestruturaria sua política a esse novo contexto internacional. Por fim, algumas bases da nova política internacional começaram a se desenvolver gradualmente.

Aos poucos começava a serem difundidos, por parte dos Estados Unidos, os primeiros esforços para a construção da paz, as novas estruturas do sistema internacional e dentro dele, o internacionalismo dos Estados Unidos, que foi de suma importância para a reestruturação da nova política externa na qual, assumiu diferentes proporções nas relações internacionais. (PECEQUILO, 2011).

2.1.2 Estados Unidos e América Latina

Apesar de todas as consequências advindas da crise de 1929, os Estados Unidos não abandonou sua política de liderança continental, optando assim, pela hegemonia e preservação das regiões de influência externa.

Embora os EUA, em relação ao sistema internacional, adotar o isolacionismo, sua relação com o hemisfério era contrária, pois não restavam mais alternativas para o

país e por isso, foram promovidos ajustes em relação a sua atuação como liderança hemisférica.

Donghi (2011) afirma que nesse período conturbado pós-crise, os Estados Unidos aumentou sua influência política de forma mais rápida que seu processo de fortalecimento de sua hegemonia econômica, buscando, também, uma reforma da política em relação à América Latina que, naturalmente, ocupava lugar de destaque para os EUA, uma vez que era fonte de matérias-primas e também um grande mercado consumidor. (MOURA, 1991a).

Ressaltando que não era a primeira vez que os Estados Unidos buscava por meio de uma política de aproximação com as Américas, sua liderança hemisférica. Os Estados Unidos estabeleceu sua versão de pan-americanismo, que buscava solidariedade e cooperação entre os países americanos.

No final do século XIX, o país inaugurou a chamada “Doutrina Monroe”² – instaurada no governo de James Monroe (1817-1825) –, a qual defendia certa autonomia nas Américas com o objetivo de emancipação da tutela europeia, causando assim, a preponderância dos Estados Unidos em questões americanas. De acordo com Henrich (2011), os principais princípios da doutrina na qual consta em mensagem presidencial de 2 de dezembro de 1823, foram:

1º, o continente americano, pela condição livre e independente que assumiu e mantém, não deve ser mais considerado como campo de futura colonização por parte de qualquer Estado europeu;

2º, qualquer tentativa por parte das potências alhadas para estenderem o seu *systema de governo* a qualquer porção do hemisfério americano seria considerada pelos Estados Unidos como perigosa para sua paz e segurança. (HENRICH, 2011, p. 15. apud OLIVEIRA LIMA, 1899, p. 375-376).

Herbert Hoover presidente dos Estados Unidos de 1929 a 1933, em seu governo, lançou as primeiras bases para a chamada “Política da Boa Vizinhança” (PBV/*Good Neighbour Policy*) na qual incluía a cultura na agenda internacional. Em 1928, Hoover embarcou em uma viagem pela América Latina, com a finalidade de reformar algumas bases da política externa norte-americana (TOTA, 2012). Roosevelt, seu sucessor, deu continuidade a tentativa de comunicação entre as Américas.

Durante esse período, intelectuais estadunidenses, juntamente com os latino-americanos, começavam a questionar o caráter separatista e consumista da sociedade

² Conhecida por ser lema: “América para os Americanos”.

estadunidense. As críticas se referiam principalmente as interpretações preconceituosas difundidas por jornais a respeito da cultura latino-americana. (TOTA, 2012)

Um dos intelectuais que mais buscaram essa síntese foi Waldo Frank. [...] Frank e outros intelectuais da época achavam que a América Latina não deveria seguir os passos do desenvolvimento histórico norte-americano, que havia produzido uma sociedade excessivamente materialista. A América Latina, por intermédio de seus intelectuais, deveria, isto sim, aprofundar sua sensibilidade mística e com isso ajudar os norte-americanos a recuperar a espiritualidade perdida, o passado pioneiro. Em 1942, em viagem pela América Latina, Waldo Frank disseminou suas interpretações. Não foi por acaso que a *Good Neighbor Policy* foi entendida por alguns setores daqui como o primeiro estágio de uma sincera aproximação com os Estados Unidos. (TOTA, 2012, p. 34-35).

Na década de 1940, a PBV não teve seu princípio almejado por aqueles intelectuais, apenas foi a americanização de toda América Latina por parte dos Estados Unidos, visando a garantia de manter o continente como parte de seu mercado, segundo Tota (2012).

De acordo com Macedo (2013a), a PBV foi implementada em 1933 e durou até o final da Segunda Guerra Mundial. A política previa aprofundar as relações dos Estados Unidos com os países da América Latina, impedindo o avanço da influência europeia nas Américas, e para isso, os EUA deveria adequar sua política aos nascentes movimentos nacionalistas, ao contrário de combatê-los. (TOTA, 2012)

A política de boa vizinhança implica a renúncia à intervenção armada e um apoio crescente às organizações pan-americanas. Em sua forma primitiva, essa política é definida quando os Estados Unidos conseguem organizar, nas regiões que ocupavam militarmente num passado recente, forças armadas locais que lhes são fiéis. (DONGHI, 2011, p. 262).

Schoultz (2000) reforça que o compromisso de não-intervenção militar, foi a característica principal da PBV, e Pecequilo (2011) acrescenta o reconhecimento da soberania nacional dos países latino-americanos como um dos princípios fundamentais da PBV. Com a ascensão da PBV, mudanças consideráveis foram feitas na política externa estadunidense. “[...] começando pela retirada das tropas que ainda estavam no continente [...] e interferências políticas e econômicas [...]” (PECEQUILO, 2011, p.117).

Em 1933, ocorreu a Sétima Conferência Internacional de Estados Americanos e dois dias após o encerramento da mesma, Roosevelt deu um discurso importantíssimo acerca da América Latina, conforme escreveu Shoultz (2000):

[...] o Presidente Roosevelt inseriu uma frase destinada a reassegurar a não-intervenção aos latino-americanos – “a política definitiva dos Estados Unidos

daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada” – e um mês depois ele reiterou esta garantia em sua mensagem sobre o Estado da União. (SHOULTZ, 2000, p. 338)

A partir dessa atuação estadunidense em relação à América Latina, os Estados Unidos demonstraram ao mundo, uma sensatez desconhecida pelo fato de optarem contra a continuação de intervenções armadas. Roosevelt soube consolidar o campo de influência estadunidense por diferentes contornos, resultando em uma “tranquilidade” política, e adquirindo reciprocidade econômica.

Essa aproximação dos Estados Unidos com a América Latina tinha como objetivo ser uma ferramenta de defesa com a união de todos os países americanos, visando à solidariedade hemisférica. No decorrer da década de 1930, Roosevelt percebeu a necessidade de reforçar os laços com os países latino-americanos devido o aumento do nazifacismo na região.

Com a proximidade das eleições presidenciais em 1940, Roosevelt tentava uma terceira reeleição, e a América Latina foi de grande importância para esse processo. Nelson Rockefeller³, líder de um grupo não oficial que propunha uma rápida aproximação com a América Latina apoiou sua campanha (TOTA, 2012), o que oportunizou a Roosevelt sua reeleição e, conseqüentemente a reelaboração da política com os países latino-americanos.

[...] A miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo, movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos. (TOTA, 2012, p. 47).

Devido à possibilidade de revoluções, os Estados Unidos formou a Comissão Interamericana de Desenvolvimento que visava potencializar as economias de outros países da América. Nesse sentido, em 1940, Roosevelt criou o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Um ano após a criação, em 1941, a agência passou a se chamar *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA).

A princípio “o Office of the coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas era composto de três divisões: Divisão Comercial e Financeira, Divisão de Comunicações e Divisão de Relações Culturais” (TOTA, 2012,

³ Filho de John D. Rockefeller Jr., sua família era conhecida por ser dona da grande empresa Standart Oil Company. (TOTA, 2012).

p. 51), nos quais teriam grande importância na coordenação de projetos políticos e econômicos estadunidenses voltados para a América Latina.

Após o ataque japonês a Pearl Harbor, e com a entrada oficial dos Estados Unidos na guerra contra o Eixo, cultura e propaganda passaram a ser consideradas como materiais estratégicos. (TOTA, 2012).

A imprensa e a propaganda impressa eram meios importantes para a divulgação dos princípios do americanismo “fabricado” pelo Office. A Divisão de Imprensa e Publicações – que junto com as divisões de Rádio, de Cinema e de Informação e Propaganda, entre outras, formava a Divisão (ou Departamento) de Comunicações, espinha dorsal do OCIAA – tinha dois objetivos: a) difundir “informações” positivas sobre os Estados Unidos, por intermédio de uma rede de comunicação mantida pelo OCIAA, em estreita colaboração com os países do continente; b) contra-atacar a propaganda do Eixo. Havia também a preocupação de difundir nos Estados Unidos uma imagem favorável das “outras Repúblicas”. (TOTA, 2012, p. 54-55).

Os objetivos do Office em geral foram dedicados à propaganda política, dando atenção ao rádio, cinema e as publicações; os filmes, por exemplo, apesar de serem destinados a América Latina, o material também era apresentado nos Estados Unidos, divulgando uma boa imagem dos países latino-americanos; o rádio teve grande destaque porque poderia alcançar um público mais amplo e atingir todas as classes sociais, como afirma Sousa (2004) e Tota (2012).

[...] Os princípios da Política da Boa Vizinhaça foram adaptados à programação comercial das grandes emissoras americanas: em maio de 1941, houve a união simbólica entre Ruddy Vallee, *showman* americano da NBC, e a brasileira Carmen Miranda, que se casaram numa pequena peça humorística. A representação acabava com os dois dizendo: “Our two countries could have a better relation after our marriage” [Nossos dois países poderiam ter um melhor relacionamento depois de nosso casamento]. (TOTA, 2012, p. 78)

A Divisão de Cinema, sempre que possível, realizava por meio das grandes produtoras pesquisas detalhadas sobre a cultura da América Latina antes de começarem a rodar seus filmes, evitando assim problemas de interpretação, como havia ocorrido no filme *The South American Way (Serenata Tropical)*, primeiro filme estrelado por Carmen Miranda e produzido por Darryl Zanuck⁴ (TOTA, 2012).

A propaganda estadunidense na luta contra o Eixo resultou também na obtenção de lucros, principalmente por parte dos países latino-americanos, isso porque, o mercado europeu estava fechado. Como afirma Tota (2012), os filmes de Walt Disney

⁴ Vice-presidente e co-fundador do 20th Century Fox. (MENDONÇA, 1999).

tiveram grande bilheteria e colaboravam com a filosofia da PBV propagando a solidariedade continental.

A parceria de Darryl com Carmen Miranda, também em sintonia com a Política da Boa Vizinhança, produziu o primeiro filme estrelado por ela, no qual conseguiu tirar a 20th Century Fox (um dos maiores estúdios de cinema do mundo) do vermelho. (TOTA, 2012).

[...] a PBV representa uma “era de ouro” para as relações interamericanas, destacando-se o alto grau de cooperação e entendimento que pôde ser alcançado no período, atingindo seu ápice na guerra, criando expectativas de mudanças mais profundas no reordenamento do sistema. (PECEQUILO, p. 118, 2011).

A Política da Boa Vizinhança pode ser considerada um exemplo prático das transformações que o sistema internacional e hemisférico enfrentou, incorporadas à política externa norte-americana. Logo, o desenvolvimento das relações interamericanas foi de grande importância para os EUA, porque possibilitou ao país uma maior cooperação e parceria com os países da América Latina. Por isso, no decorrer da década de 1930, apesar de adotar uma política isolacionista em relação aos países europeus, o país decidiu assumir compromisso com a América Latina, consolidando assim, sua área de influência.

2.2 Brasil

2.2.1 Política Externa Brasileira (1930-1945)

De 1889 a 1930 no Brasil, o sistema político que estruturava o país era a República Velha. Inicialmente, a República foi bem vista aos olhos externos, particularmente pela imprensa estadunidense devido à transição do sistema ter ocorrido de modo pacífico.

Segundo Visentini (2004), a elite cafeicultora não foi capaz de desenvolver uma diplomacia promissora, e também não possuía sequer um projeto nacional. A política externa do período era restrita ao âmbito hemisférico, com a finalidade de garantir mercados para o café brasileiro.

No final da década de 1920, a situação econômica mundial enfrentou grandes reviravoltas. A quebra da bolsa de Nova Iorque culminou em uma crise econômica em escala mundial, e ao longo da década de 1930 ficou conhecida como a “Grande Depressão” do mundo capitalista. Houve a queda da exportação de produtos nacionais,

retrocesso do comércio e finanças do sistema internacional, além de uma onda protecionista atingindo os mercados capitalistas. Como afirma Visentini (2004):

A Grande Depressão viria a afetar os próprios fundamentos do capitalismo em escala global, golpeando mais duramente os países mais fortemente integrados ao mercado mundial, como era o caso do Brasil. O país tanto pelo esgotamento do seu modelo interno de monocultura e seus respectivos vínculos externos, como pelas grandes alterações ocasionadas pela crise nas relações internacionais, seria estimulado a impulsionar o seu desenvolvimento econômico por novos caminhos, bem como a redefinir o papel da sua política exterior nas novas circunstâncias. E essa será a tarefa do grupo liderado pelo governador gaúcho Getúlio Vargas, que chega ao poder em 1930. (VISENTINI, 2004, p. 18)

O modelo agroexportador dava sinais de esgotamento, e as consequências advindas da Grande Depressão só aprofundaram o processo que já estava sendo encaminhado. Toda a América Latina enfrentava uma situação de instabilidade política e econômica. Havia a necessidade de mudança do modelo político brasileiro, como saída para a superação da crise e desenvolvimento do país.

Em outubro de 1930, um movimento armado que apoiava Getúlio Dornelles Vargas conduz o mesmo à Presidência da República. (SEITENFUS, 2003). Esse episódio ficou conhecido como Revolução de 1930, e inaugurou uma nova fase da política brasileira.

[...] embora a Revolução de 1930 não tivesse mudado radicalmente a estrutura de dominação social e continuasse a excluir as massas do jogo político, ocorriam transformações significativas no plano econômico-social, com grande diversificação de interesses e a presença de novos atores sociais no processo decisório. A revolução, nascida de uma crise que rompeu a unidade de oligarquia agroexportadora em torno do sistema político vigente, não resultou em hegemonia clara de qualquer setor ou classe, estabelecendo-se, por isso mesmo, um “estado de compromisso”, que fortalecia e se autonomizava como regulador da economia e das relações sociais [...] (MOURA, 1991a, p. 5).

Em novembro de 1930, ocorreu à instalação do Governo Provisório e o mesmo não enfrentou problemas para ser reconhecido internacionalmente, porque garantiu o cumprimento de todos os compromissos internacionais. A política que foi implantada durante os anos de 1930 a 1945 ficou conhecida na história como “A Era Vargas” e pode-se dizer que havia certas diretrizes dominantes, como a centralização política, dirigismo econômico, criação de novas estruturas corporativas, busca por maior inserção internacional e o desenvolvimento industrial.

A Grande Depressão foi capaz de demonstrar que o Brasil não poderia mais continuar a depender de relações externas para o suprimento de bens industriais. Constatou-se que era necessário utilizar uma política de substituição das importações,

garantindo, assim, uma maior autonomia em relação ao ambiente externo (SEITENFUS, 2003). O sistema internacional em crise pressionava o governo por rápidas transformações políticas.

Autores como Visentini (2004) e Bueno (2008), afirmam que a política externa do período do Governo Provisório deu certa continuidade a política então empreendida pela República Velha. Na política externa da República Velha, o governo dispunha de pouca margem de manobra para atuação, dando ênfase, prioritariamente, por sua admissão no espaço continental.

Corsi (1997) ressaltou que o Governo Provisório procurou superar a crise econômica por meio de uma política que visava o equilíbrio das contas públicas, estabilização de câmbio e debate da expansão monetária. Getúlio Vargas acreditava que o problema básico da economia brasileira era que existia uma deficiência em relação a ações voltadas a industrialização do país, por isso “[...] Esboçou-se a realização de uma política de industrialização, inteiramente condicionada pela implantação de uma indústria de base e, em particular, de um complexo siderúrgico [...]” (SEITENFUS, 2003, p. 4).

A política externa do período não deixou de lado o interesse por exportações de produtos nacionais tradicionais, mas procurou também estabelecer melhores formas para cooperação e barganhas voltadas ao interesse nacional. De acordo com Bueno (2008), ocorreu o “reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional”. (2008, p. 234).

Com a ascensão de Adolf Hitler na Alemanha e Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos, a partir de 1933 começa uma disputa entre as duas potências por áreas de influência, acesso a novos mercados e reestruturação do sistema internacional. Em meio a esse cenário, o Brasil, visando seus interesses, utilizou-se de uma política de barganha com a finalidade de obter benefícios de ambos os países. “A partir dos anos 1934-1935, a política comercial brasileira abandonou suas aspirações liberais e igualitárias para tornar-se pragmática.” (SEITENFUS, 2003, p. 6).

Durante esse “jogo duplo” entre Alemanha e EUA, Cervo (1997) afirma:

Buscava-se ora o tratamento de nação mais favorecida, ora a obtenção de tarifas reduzidas ou de direitos acordados, ora a reciprocidade de tratamento, ora o tratamento privilegiado, ora preencher as necessidades do tesouro, ora, enfim, o simples interesse do consumidor interno. (CERVO, 1997, p. 6).

Com o aumento da competição no sistema internacional, o Brasil avistou uma boa oportunidade para aperfeiçoar a sua política exterior como uma nação primário-exportadora. Vargas por meio de sua política de barganha tinha como objetivo principal conseguir materiais para a industrialização e vender os produtos primários excedentes do país.

A industrialização se tornou um ponto estratégico para o desenvolvimento e estava sendo dinamizada a partir dos recursos obtidos por barganha no meio internacional, inaugurando a Política Externa para o Desenvolvimento, também conhecida como Política Desenvolvimentista, que se apoiava na industrialização e no mercado interno.

Destaca-se que as grandes cidades brasileiras se encontravam em um processo de urbanização. De acordo com Visentini (2004), a sociedade se tornou mais complexa e com isso ocorreu a oportunidade de ascensão de grupos políticos radicais, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), que era considerada uma organização de cunho fascista, além de diversos partidos nazistas que já atuavam em território brasileiro.

Devido à situação tensa internamente, Vargas estava preocupado com a oposição liberal e a futura eleição para presidência que ocorreria, porque na época não existia reeleição⁵. Externamente a situação do cenário se encontrava em esgotamento devido ao aprofundamento da Grande Depressão. Nos dizeres de Mendonça (1999):

A tentativa de golpe comunista em 1935 fez com que quase todo o mandato ocorresse sob estado de sítio. Nova eleição estava prevista para 1937. Surgindo nomes para a sucessão, Vargas conspirava para permanecer no cargo. (MENDONÇA, 1999, p. 43)

Por meio de um golpe palaciano, em 10 de novembro de 1937, foi implantado no Brasil o regime autoritário conhecido como “Estado Novo”. Com a instauração do novo regime, o país buscou eliminar todos os tipos de grupos políticos independentes e mobilizadores, seja de direita ou de esquerda. O Estado Novo buscava maior fortalecimento econômico e também a afirmação da identidade nacional.

Vargas defendia a premissa de que nesse novo período, o liberalismo não seria capaz de garantir as necessidades que foram fixadas para o desenvolvimento do país; somente um Estado forte, autoritário e centralizador. “Os homens do regime [...], censuram, e em alguns casos torturam [...]” (FAUSTO, 1999, p. 20).

⁵ Devido à promulgação da Constituição feita em 1934 que impedia o presidente de disputar reeleição. (SEITENFUS, 2003).

Com o advento do Estado Novo ocorreu à promulgação de uma nova Constituição. O diferencial dessa constituição para a anterior se resume na intervenção da política estadual restringindo a liberdade administrativa, criação do Conselho da Economia Nacional e aquele poderia ter competência legislativa, direito a associação sindical e a proibição de atividades de partidos políticos. (SEITENFUS, 2003).

Em 1931, já havia sido criado um departamento de propaganda com o propósito de analisar os meios de difusão. Porém, o Estado Novo lançou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, por decreto presidencial. A função do DIP consistia em promover a propaganda política controlando os meios de comunicação e cultura. O governo varguista, não era considerado fascista, porém “[...] a organização e o funcionamento dos órgãos produtores da propaganda política e controladores dos meios de comunicação revelam a inspiração europeia.” (CAPELATO, 1999, p. 167).

Os meios de comunicação são de suma importância estratégica para qualquer regime, porém, segundo Capelato (1999), em governos com tendência autoritarista é capaz de adquirir muito mais força, porque o Estado monopolizando os meios de comunicação exerce censura severa sobre qualquer tipo de informação que circule e as manipula.

O DIP era dividido nas seguintes funções: Divisão de Radiodifusão, Divisão de Turismo, Divisão de Divulgação, Divisão de Cinema e Teatro e por último, Divisão de Imprensa e Serviços Gerais. Era um órgão ligado diretamente à presidência e para a divulgação nos estados, essa função era destinada aos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPS). O resultado almejado com essas ações era a conquista de apoio necessário para legitimação do Estado Novo e apoio dos trabalhadores.

Com os instrumentos de proliferação de propaganda, foi possível enxergar que não era necessário contato físico para que exista multidão. Enquanto o Estado Novo impunha a censura aos meios de comunicação de massa, o DIP procurava convocar veículos para a difusão do governo. “[...] Entre doações de papel para impressão ou invasões de redações, jornais e revistas publicavam artigos do DIP, decantando o Estado Novo.” (MENDONÇA, 1999, p. 47).

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira. (CAPELATO, 1999, p. 172).

Foram produzidos e propagados pelo DIP, livros, revistas, criação de programas de rádio, radionovelas, *folders*, documentários cinematográficos, fotos e etc. Com a finalidade de divulgar uma boa imagem do regime, do presidente, das suas ações, para o Estado Novo conseguir maior aceitação. Porém, os meios mais utilizados foram o rádio e a imprensa.

Existia forte relação entre a censura e propaganda, ao mesmo tempo em que a censura impedia a divulgação de certos assuntos, exigia a difusão de outros no modelo aceito pelo Estado (CAPELATO, 1999). Foram poucas as empresas jornalísticas que recusaram as pressões exercidas pelo governo, pois Getúlio Vargas atendeu algumas reivindicações daquelas, além do regime de caráter autoritário que obrigava os meios de comunicações a obedecê-lo.

O rádio firmou-se nessa década, adquirindo grande prestígio entre os ouvintes, graças aos programas humorísticos, aos musicais, às transmissões esportivas, ao radiojornalismo e as primeiras radionovelas. [...] O uso político do rádio esteve voltado para a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais. Em 1931, foi criado o programa “Hora do Brasil”, reestruturado em 1939, após a criação do DIP. O programa tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. [...] Além de divulgar mensagens e atos oficiais, os diferentes programas deviam decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais. (CAPELATO, 1999, p. 176).

Logo, as políticas que foram implantadas pelo Estado Novo em relação ao DIP, apesar de terem inspiração no modelo que foi utilizado na Alemanha e na Itália, foram adaptados para a realidade do Brasil.

“A principal preocupação dos Estados Unidos em relação ao Brasil, após o advento do Estado Novo, foi evitar que ele ficasse na órbita da influência alemã” (BUENO, 2008, p. 248), inaugurando assim a Política da Boa Vizinhança.

A PBV que estava sendo praticada pelos EUA foi de grande importância para o Brasil, pois o país era considerado como um importante parceiro hemisférico. Os EUA pretendiam americanizar o Brasil por meios pacíficos acreditando que seria o melhor caminho para garantir a parceria entre os países. (TOTA, 2012), e defendendo seus interesses particulares, o Brasil buscou tirar máximo proveito da situação.

Economicamente, o Brasil buscava novos campos para atuação e como projeto principal optou-se pela implantação de indústrias siderúrgicas. O projeto siderúrgico carecia de patrocínio, mas inicialmente não recebeu respostas positivas do setor privado e do governo norte-americano. Assim, o governo brasileiro deixou a entender que buscava outras alternativas para conseguir colocar em prática esse projeto e em 1940, os

estadunidenses acompanhando o avanço de negociações do Brasil com a Alemanha, decidem dar andamento nas negociações com o Brasil.

Quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu na Europa em 1939, o Brasil adotou princípios de neutralidade anunciados pelo Itamaraty e, em 2 de setembro de 1939, anunciou oficialmente que permaneceria afastado do conflito.

Após o trágico ataque japonês a Pearl Harbor em 1941, oficialmente os EUA entram na guerra. Os EUA na sua busca por aliados se comprometeram em arcar com as despesas referentes à guerra, em troca de que os governos latino-americanos dessem apoio econômico e segurança interna.

Vargas ainda usufruindo seu poder de barganha, conseguiu apoio do presidente Roosevelt para o reequipamento das Forças Armadas, e em 1942, o Brasil oficialmente rompe suas relações com os países do Eixo no último dia da Conferência do Rio de Janeiro⁶ em 28 de janeiro.

A América Latina foi incluída no esquema de segurança norte-americano, e a região da “saliência do leste” (situada no nordeste brasileiro) era considerada de suma importância para o plano de defesa dos EUA. Com isso, houve a concessão de bases americanas no território brasileiro constituindo uma cooperação militar.

Após o encerramento da Conferência do Rio de Janeiro, Berlim ainda tinha esperança quanto à neutralidade brasileira no conflito, porém devido às ações que foram tomadas pelo Brasil, o Eixo decide impor represálias.

Diante da presença de submarinos do Eixo, ao largo do Nordeste, os Estados Unidos obtêm, em 10 de abril, autorização para efetuar patrulhas aéreas na região. Trata-se de correta previsão, pois submarinos do Eixo se preparam para atacar navios mercantes brasileiros e estrangeiros, inclusive navegação de cabotagem. (SEITENFUS, 2003, p. 282).

A partir de agosto de 1942, os ataques atingiram outro patamar; navios de passageiros começaram a ser atingidos. Devido a esses acontecimentos, o Brasil internamente se encontrava em meio a descontentamento da população⁷. Dá-se início a passeatas e atos públicos do povo apoiando causas aliadas. Em 31 de agosto, é reconhecido por Vargas um estado de guerra. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial não foi devido à solidariedade continental, mas sim por defesa as agressões contra o país. (SEITENFUS, 2003).

⁶ Realizada de 15 a 28 de janeiro de 1942 a III Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas convocada por Washington. (SEITENFUS, 2003).

⁷ A população estava revoltada com a situação, porque a partir do momento que os ataques começaram a atingir navios comerciais, a situação sofreu severas mudanças.

“A partir de 1943 o regime sentia gradual defecção das elites econômicas e se movia para a esquerda e aprofundava o nacionalismo desenvolvimentista.” (VISENTINI, 2004, p. 49). Os políticos tradicionais brasileiros lutavam pela redemocratização do país e Getúlio Vargas em meio a Segunda Guerra Mundial, se deparou com uma crise política.

O fato que impulsionou a crise política foi devido ao caráter contraditório do governo, pois lutava na guerra ao lado dos Aliados, porém, internamente, o país se encontrava sob um regime ditatorial considerado cópia das ditaduras europeias.

Como medida de última instância, a oposição liberal ao governo varguista adotou uma política golpista buscando apoio com quartéis, embaixada norte-americana e a elite brasileira. Em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto de seu cargo. A Era Vargas apesar de ser um regime autoritário, rendeu grandes avanços na política externa brasileira, e a vontade do governo de se modernizar se tornou um projeto nacional.

O Estado Novo juntamente com o DIP almejavam atingir o grande público não somente por propaganda política, por isso investiu fortemente na música popular brasileira surgindo na Era Vargas o samba-exaltação, no qual fazia elogios à nação. (MENDONÇA, 1999).

Como representante do samba-exaltação, Carmen Miranda merece destaque. “Foi durante o Estado Novo que surgiram os mais célebres sambas-exaltação. *Canta, Brasil, Onde o céu é mais azul* e *Brasil Brasileiro*. E *Aquarela do Brasil*, primeiro e maior de todos.” (MENDONÇA, 1999, p. 52).

Apesar de o Estado Novo ter sido repressivo e ter fortíssima censura, abriu portas para o reconhecimento do país internacionalmente, principalmente com os Estados Unidos devido a PBV. Os estadunidenses mudaram a visão do que entendiam por latino-americanos, pois a OCIAA criada por Roosevelt tinha dois grandes princípios: “[...] difundir entre os americanos uma imagem positiva dos países latino-americanos, em especial do Brasil, e convencer os brasileiros de que os Estados Unidos sempre foram amigos do Brasil.” (TOTA, 2012, p. 93).

O Brasil no período de 1930-1945 se depara com uma nova fase de política interna e externa. O Estado passa a integrar o conceito de interesse econômico nacional – houve o desejo pela criação de uma identidade nacional –.

A Política da Boa Vizinhança estadunidense aliada com os meios midiáticos brasileiros do DIP conseguiu levar a imagem do estado brasileiro para o exterior e

Carmen Miranda foi considerada musa da Política da Boa Vizinhança representando uma proporção continental (MENDONÇA, 1999).

3 CARMEN MIRANDA

Figura 1 – Carmen Miranda



Fonte: Site Ms. Kit Lang⁸

Carmen Miranda tornou-se destaque nas Relações Internacionais, principalmente nas questões afetas à construção da imagem brasileira no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Essa artista difundiu a representação que se naturalizou sobre o que é o “ser” brasileiro, e o que se esperar do povo brasileiro, ainda que por meio de uma representação forjada, estereotipada, cheia de controvérsias.

Durante o governo Vargas, o Brasil passava por um momento de centralização política, na qual buscava definir sua nacionalidade. E foi exatamente nessa época que Carmen Miranda se transformou em um símbolo da identidade brasileira e também latino-americana, através dos meios de comunicação em massa, principalmente por meio do cinema norte-americano (LOPES, 2009), ou seja, por meio da indústria cultural.

⁸ Disponível em: <http://mskitlang.com/2015/11/10/the-lady-in-the-tutti-frutti-hat/> Acesso em março. 2016.

Em meio a uma política de Boa Vizinhança (PBV) entre Brasil e Estados Unidos, ela foi importante para o diálogo entre os países porque representou, e ajudou a construir, a imagem como um símbolo nacional, consolidando assim, a definição de uma identidade nacional brasileira, necessária aos interesses internos do País.

Logo, Carmen Miranda não era somente formada por penduricalhos ao pescoço e frutas tropicais que decoravam a sua cabeça; sua passagem pelos Estados Unidos fez com que obtivesse o papel de atriz também das relações internacionais, e isso rendeu ao Brasil uma popularidade e reconhecimento jamais vistos para a época.

3.1 Biografia

Em 9 de fevereiro de 1909, filha de José Maria Pinto da Cunha e Maria Emília da Cunha Miranda, nascia Maria do Carmo Miranda da Cunha em Marco de Canavezes, pequena cidade na região do Porto, em Portugal.

Foi seu pai que decidiu batizá-la com o nome Maria do Carmo; a garota tinha traços espanhóis, resultando assim em ser chamada por Carminha ou Carmen, nome no qual ficou muito popular a partir de 1875, devido a famosa personagem de ópera de Bizet. Passado o tempo e quando finalmente desenvolveu sua identidade, seu nome profissional adotado passou a ser Carmen, acompanhado do sobrenome de solteira de sua mãe, Miranda. (GIL-MONTERO, 1989).

As condições econômicas da família, em Portugal, obrigaram José Maria a tentar a sorte do outro lado do Atlântico. Partiu de Portugal sozinho rumo ao Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades de trabalho para conseguir sustentar sua família. Na época, o Rio de Janeiro além de ser capital do Brasil, era retratado como uma cidade moderna, acolhedora e bonita, motivo de orgulho por todo o país (GIL-MONTERO, 1989).

[...] Repetindo uma rota de antigos portugueses, ela [Carmen Miranda] aqui aportou com a mãe e a irmãzinha mais velha em 1910, ano seguinte ao de seu nascimento. [...] O pai viera antes. Na capital do Brasil uma grande quantidade de lojas, manufaturas e fábricas acenava com oportunidades de trabalho. (MENDONÇA, 1999, p.40).

Logo quando a família chegou ao Brasil, foram morar em quartos de alugueis. Em 1915, mudaram-se para a Lapa, na Rua Joaquim Silva. Segundo Mendonça (1999), “a vizinhança da infância, com a Lapa e os morros, apareceria no repertório da cantora [...]” (1999, p.41).

Carmen e seus irmãos foram aceitos no Colégio Santa Tereza, que era uma instituição destinada principalmente para crianças carentes buscando oferecer melhores oportunidades de vida. Carmen era muito religiosa. No convento, a madre superiora, com a finalidade de obter fundos para o colégio, apresentava suas alunas em programas de rádio (GIL-MONTERO, 1989).

No final de 1925, a família decidiu mudar-se da Lapa para a Travessa do Comércio e Maria Emília começou a fornecer pensão, o que fez com que todos da família tivessem parte da responsabilidade do negócio. Carmen entregava marmitas e também ajudava sua irmã Olinda na parte de costura.

[...] Carmen, depois de algum tempo entregando marmitas, arranhou um emprego numa loja de gravatas, logo trocando-o por outro melhor em uma chapelaria, onde foi ser modista de chapéus, reformando velhos e fazendo novos, habilidade essa que usaria mais tarde para criar seus trajés e turbantes. (SAIA, 1984, p. 20).

Carmen já tinha estreado muito jovem cantando no rádio e com a nova vizinhança suas aspirações para uma possível carreira artística se tornaram mais perto da realidade, pois muitos dos homens que se hospedavam na pensão de sua família eram compositores.

Naquele tempo, os compositores populares formavam uma irmandade que exaltava o lazer e compartilhava a pobreza, esperando que o Brasil, o Gigante Adormecido, logo despertaria para descobrir a vitalidade de suas raízes étnicas, seus valores culturais e sua identidade inter-racial. O rádio estava se tornando extremamente popular e o país necessitava com urgência de alguém para personificar a voz e a alma do samba. (GIL-MONTERO, 1989, p. 27).

No ano de 1926, Carmen passou a buscar oportunidades em estações de rádio locais e também em estúdios cinematográficos, e em parceria com os compositores novos que frequentavam a pensão, conseguiu diferentes apresentações com empresários que buscavam novos talentos. Sua primeira foto divulgada como atriz foi publicada na revista Seleta em 1926, porém a legenda de sua foto constava apenas que havia sido figurante de um filme não citado. (GIL-MONTERO, 1989).

Muitos dos frequentadores da pensão admiravam a voz de Carmen Miranda, especialmente o deputado Aníbal Duarte. Aníbal Duarte estava organizando uma festa de caridade no Instituto Nacional de Música, o qual confiou a parte artística ao compositor e violinista Josué de Barros, o mesmo tinha grande renome no mundo artístico do Rio de Janeiro.

Aníbal Duarte pediu para que Josué de Barros desse uma chance e ouvisse Carmen Miranda, e o encontro dos dois gerou grandes frutos e uma grande amizade.

“Participando da festa beneficente no palco do Instituto Nacional de Música, no Passeio Público, Carmen Miranda fez seu primeiro espetáculo, no princípio de 1929. Durante aquele ano, levou a sua pupila para cantar em rádios [...]” (MENDONÇA, 1999, p. 24).

Josué de Barros passou meses ensaiando com Carmen Miranda, além de diversas apresentações públicas, e quando o compositor concluiu que a cantora já poderia gravar canções em estúdio, apresentou a ela o diretor da extinta Brunswick. Foi quando gravou o seu primeiro disco, em 1929, com as seguintes canções: “Não vá Si’mbora” e “E o Samba é Moda”. (SAIA, 1984).

Figura 2 – Carmen Miranda com Josué de Barros, seu “descobridor”



Fonte: Site Oficial de Carmen Miranda⁹

Carmen Miranda optou por construir primeiramente sua popularidade; após conseguir certa notoriedade, lançou seu primeiro disco. Segundo Lopes (2009), Carmen constituiu sua carreira de forma contrária. E em 1930, o Brasil e a sua carreira sofreram grandes reviravoltas.

Com a Revolução de 1930, e por consequência a tomada de poder por Getúlio Vargas, as estruturas governamentais do país foram modificadas. Vargas buscava a expansão de um governo nacionalista e um exemplo disso foi quando mudou drasticamente a estrutura de um dos maiores meios de comunicação da época, o rádio.

O rádio era voltado para as elites, e após sua modificação conseguiu atingir todas as classes sociais, e isso foi um impulso para a carreira de Carmen Miranda. No

⁹ Disponível em: <http://carmenmiranda.com.br/> Acesso em março. 2016.

mesmo ano, Carmen gravou a canção “Pra Você Gostar de Mim (Tai)” composta por Joubert de Carvalho. Foi considerada a canção de 1930, gravada pela gravadora RCA Victor, conseguiu bater recordes de venda. (SAIA, 1984).

“O novo governo também estava atento à crescente circulação de bens culturais nos anos 30.” (MENDONÇA, 1999, p. 27). O Estado Novo não almejava apenas uma renovação econômica, mas também uma renovação cultural. Segundo Adorno (2009), a cultura seria uma mercadoria paradoxal, e que no fundo os motivos dela, são econômicos.

Carmen Miranda conquistou o seu espaço ante a música brasileira; foi a primeira artista a ser contratada por uma emissora de rádio no Brasil, e a partir de seus feitos inéditos, foi apelidada como a Pequena Notável. (LOPES, 2009).

Como reforça Gil-Montero (1989):

De 1930 a 1939, a chapeleira que virara cantora desenvolveu atividade no mundo musical do Brasil. Tornou-se uma das principais vozes irradiadas, sobretudo na Rádio Mayrink Veiga. [...] em 1933, ela foi a primeira cantora a assinar um contrato – ao invés de receber uma quantia fixa por apresentação – com uma companhia radiofônica. César Ladeira, o principal locutor, passou a chamar Carmen de a Ditadora Sorridente do Samba. Um ano depois ele a rebatizou com um nome ainda muito usado no Brasil: A Pequena Notável. E sem dúvida Carmen já estava pronta para usar um poder despótico para o que queria (contratos rendosos), e era a mais notável cantora a emergir no país. (GIL-MONTERO, 1989, p. 43)

Carmen Miranda se relacionou musicalmente com diversos compositores importantes da época como Ary Barroso, André Filho, Assis Valente, não esquecendo também de Josué de Barros, entre vários outros. O sucesso e reconhecimento de Carmen só aumentava a cada novo disco lançado, e a artista já colecionava sucessos como “Good-Bye, Boy”, “Camisa Listrada” e “Adeus, Batucada”.

A artista preferiu não se limitar somente a música, por isso se apresentava em diferentes eventos, peças de teatro e festivais. Em 1932, deu início a sua carreira cinematográfica com o filme “O Carnaval Cantado”. Os anos de 1932, 1933 e 1934 foram anos importantíssimos para a música popular brasileira. Porém, com a crise econômica que chegara ao Brasil, os custos para produção de novos filmes eram elevados e com a alta do dólar tornaram-se inviáveis. Somente em 1935, com “Alô, Alô Brasil”, que a produção cinematográfica voltou à ação. (SAIA, 1984).

Em 1938, Carmen Miranda grava o renomado filme “Banana da Terra” “lançado às vésperas do carnaval de 1939 [...] meses antes de partir para os Estados Unidos, em seu último filme brasileiro, Carmen vestiu sua primeira baiana, para cantar

“O que é que a baiana tem?” (MENDONÇA, 1999, p. 35-36). A partir desse momento é constituído um marco na carreira de Carmen, ocorre uma mudança nos seus figurinos e os mesmos, tornam-se sinônimo de brasilidade, com cores alegres e cheios de balangandãs¹⁰. (LOPES, 2009).

A figura da baiana combinava com o perfil de Carmen. Dentro os modelos femininos presentes no Rio de Janeiro, as baianas se destacavam por sua desinibição, linguajar mais solto e maior liberdade de locomoção e iniciativa. Estes elementos combinavam com a personalidade de mulher liberada de Carmen. [...] A imagem da baiana poderia, dessa maneira, servir para ela como uma forma pessoal de manifestar seu temperamento liberado. (KERBER, 2005, p. 131)

Figura 3 – Carmen Miranda vestida pela primeira vez de baiana, atuando no filme “Banana da Terra” (1938)



Fonte: Site Oficial de Carmen Miranda¹¹

Carmen demonstrava prazer em atuar e cantar. Fazia de tudo para gostarem dela. “Todas as apresentações de Carmen, acompanhada pelos mais famosos músicos populares da época, tornaram-se eventos de muita publicidade e expectativa.” (GIL-MONTERO, 1989, p. 45). Carmen tinha o dom de divertir a sua plateia, e isso era considerado como um dos seus diferenciais.

Carmen Miranda tinha outras características que a diferenciavam do restante dos artistas da época. A artista estava presente em todas as fases de seu espetáculo, desde o *backstage* até mesmo na criação de suas próprias roupas. (GIL-MONTERO, 1989).

¹⁰ Balangandãs são adornos. Objetos que chamam atenção no figurino por serem extravagantes.

¹¹ Disponível em <<http://carmenmiranda.com.br/>> Acesso em março. 2016.

Os temas de suas canções eram recorrentes. Nos dizeres de Garcia (1999):

[...] o morro (lugar da gente humilde, feliz e realmente brasileira) em oposição à cidade (civilizada e atrelada à cultura estrangeira); os amores desfeitos, mulheres que apanham e sustentam seus homens, mocinhas casadouras e seus amores platônicos, namoricos no escuro, o rádio, a baiana ou a Bahia; a sátira com as formas de distinção utilizadas pelas camadas “cultas”; o ufanismo (cantando as maravilhas do Brasil tropical, mesmo antes de 1937); a festa junina; o carnaval, muitas vezes lembrando a perseguição da polícia aos foliões, o samba como sinfonia nacional e a malandragem. (GARCIA, 1999, p. 77).

Após quase dez anos do início de sua carreira e ter se tornado a cantora mais bem paga do Brasil, em 1939 com as bênçãos do Estado Novo partiu para os Estados Unidos. “A máquina de propaganda do Estado Novo sonhou fazer de Carmen Miranda seu cartão de visita exterior.” (MENDONÇA, 1999, p. 12).

No que se diz respeito a sua carreira internacional, Carmen Miranda foi descoberta durante suas apresentações no Cassino da Urca acompanhada pelo Bando da Lua¹². Marc Connelly¹³ no início de 1939 teria visto o espetáculo da artista e passado informações para Lee Shubert¹⁴ que logo ofereceu a oportunidade de se apresentar na Broadway. (MENDONÇA, 1999).

“Carmen Miranda precisou ver para crer no entusiasmo de Lee Schubert e só quando o contrato chegou em suas mãos foi que embarcou.” (SAIA, 1984, p. 35). Os valores que tinham sido pré-estabelecidos no contrato convenceram a estrela de abandonar seus cachês brasileiros (lembrando que ela era a artista mais bem paga da época). (MENDONÇA, 1999).

Carmen Miranda foi a Washington. Em março de 1940, em seu primeiro ano de sucesso nos Estados Unidos, ela cantou para o Presidente Franklin Roosevelt na Casa Branca. [...] Com sua atmosfera puramente política, confluência internacional obrigatória, Washington inspira uma perspectiva para o exame da trajetória de Carmen Miranda. (MENDONÇA, 1999, p. 12-13).

Em maio de 1939, Carmen Miranda embarcava acompanhada do grupo Bando da Lua para os Estados Unidos. Deixando a promessa para o povo brasileiro de que apresentaria o que era samba para os estadunidenses, e prometera não se americanizar levando um pouco do país para os EUA; o Estado Novo havia dado suas bênçãos à carreira da artista. “Carmen Miranda é filha diletta da afirmação nacional. Desde a

¹² Grupo de músicos cariocas. (GIL-MONTERO, 1989, p.53).

¹³ Dramaturgo norte-americano (MENDONÇA, 1999, p.15).

¹⁴ Grande empresário da Broadway (MENDONÇA, 1999, p.15).

independência, impondo ao novo país a necessidade de uma face própria, a identidade nacional é tópico obrigatório”. (MENDONÇA, 1999, p. 44-45).

Carmen juntamente com o Bando da Lua desembarcou nos EUA em 17 de maio de 1939, a tempo de comparecem na Feira Mundial¹⁵. Fariam sua estreia na revista de variedades *Streets of Paris*. Ficaram cerca de uma semana em fase experimental na cidade de Boston, após esses dias em fase probatória a revista estreou na Broadway (SAIA, 1984). Com um repertório recheado de músicas brasileiras, conseguiu transmitir as características do povo brasileiro com muita alegria.

[...] Depois de consagrada no show de estreia, entrou em sua vida um senhor especializado em divulgação e publicidade chamado Claude Gleneker que desenvolveu uma série de promoções em torno de sua personalidade, lançando campanha favorável à moda dos turbantes, sapatos e balangandãs, enfim, a baiana que Carmen rodava para a mulher e o homem norte-americano. (SAIA, 1984, p. 38).

Seu primeiro filme hollywoodiano foi chamado de *Serenata Tropical (Down Argentine Way)* em 1940 pela 20th Century Fox; aquele gerou polêmica por ter sido gravado todo dentro de um estúdio, resultando assim um cenário falso e também uma interpretação errônea da cultura argentina. O roteiro do filme se baseava em um milionário que conhece uma mulher e a acompanha até a Argentina.

Turbantes, sandálias e balangandãs de Carmen invadiram a moda norte-americana. Com uma foto de Carmen Miranda, a vitrine do magazine Macy's mostrava turbantes. Na Bonwit Teller, o manequim tinha rosto e pose de Carmen Miranda. Inspirada nos enfeites da baiana, a Leo Glass, joalheria da Quinta Avenida, lançou a coleção Hi-yi the South American Way. (MENDONÇA, 1999, p. 77).

Um ano após sua partida para os Estados Unidos, em julho de 1940 ela retorna para o Rio de Janeiro. Dias após o desembarque, aconteceria no Cassino da Urca à volta da artista aos palcos brasileiros. Carmen entrou no palco dizendo “*Good night, people!*”, os brasileiros que já temiam que a estrela se tornara americanizada se revoltaram. (MENDONÇA, 1999). Semanas após o ocorrido, Carmen lança a música “Disseram que Voltei Americanizada”, sucesso de vendas.

Carmen Miranda só voltaria ao Brasil 14 anos depois, em 1954. Em 1943, estreia o considerado melhor filme feito por ela, “Entre a Loura e a Morena” (*The Gang's all Here*), Carmen já era considerada como a musa da boa vizinhança e funcionava como matéria-prima cultural brasileira aos olhos externos. Nessa sequência

¹⁵ A Feira foi planejada por homens de negócios dos Estados Unidos. Procurava-se, com ela, criar uma imagem otimista do futuro e abrir novas possibilidades para o progresso material. [...] O Brasil, assim como vários outros países, participou da New York World's Fair. (TOTA, 2012, p. 95-96).

cinematográfica, Carmen ficou com o papel de representação da mulher latino-americana em tempos de boa vizinhança.

Carmen atuou em vários outros filmes hollywoodianos, tais como “Uma Noite no Rio” (*The Night in Rio*), “Aconteceu em Havana” (*Weekend in Havana*), os quais a consagraram como uma das principais personalidades da época dos Estados Unidos.

Sua casa era uma verdadeira colônia brasileira nos EUA [...] Todos os brasileiros na América, que se viam na miséria, procuravam Carmen, que nunca negava dinheiro, alimentação e até passagem para voltarem ao país de origem. (SAIA, 1984, p. 50).

Por esses motivos, pode-se dizer que sua casa em Beverly Hills era um consulado brasileiro informal nos Estados Unidos, a artista não media seus esforços para ajudar os brasileiros que a procurassem.

Em 1954, anunciava-se a volta da estrela para visita ao Rio de Janeiro por motivos de saúde. Carmen havia entrado em uma depressão profunda e estava esgotada mentalmente devido ao trabalho. Ficou trancada em seu quarto de hotel durante quase toda temporada que passou no Brasil.

Concedeu uma primeira entrevista a Associação Brasileira de Imprensa e após a tão esperada entrevista, segundo Mendonça (1999), as demonstrações de carinho em volta da estrela se intensificaram. Fez aparições em diferentes lugares após a entrevista, e após quatro meses de descanso resolveu voltar para os Estados Unidos aguardada por compromissos profissionais, mas prometeu ao povo brasileiro que voltaria.

Porém, em 5 de agosto de 1955, Carmen Miranda falece. Passou mal durante uma intensa gravação de um programa televisivo, e mais tarde em sua casa sofreu um ataque cardíaco fatal em decorrência ao seu cansaço físico e emocional.

Seu corpo foi trazido para o Rio de Janeiro e milhares de pessoas aguardavam para se despedirem da artista. Sua morte repentina causou comoção nunca vista. “As notícias vindas dos Estados Unidos serviam como comprovação final da popularidade de nossa estrela naquele país” (MENDONÇA, 1999, p. 160).

Carmen, durante sua carreira, possibilitou a repercussão internacional do Brasil. A estrela teve a capacidade de divulgar o país no exterior. Como afirma Saia (1984), “O que caracteriza o mito não é sua substância, mas a sua forma.” (1984, p. 78).

3.2 Carmen Miranda como atriz das relações internacionais

De acordo com Ribeiro (2011), as relações internacionais se constituem em um processo de transformação das relações entre os Estados. Devido ao crescimento da capacidade de organização das sociedades, é criado um maior intercâmbio econômico e cultural. Nesse sentido, o aprimoramento ocorrido no setor de transportes e comunicação reduz as fronteiras entre os países e povos, promovendo assim, uma maior intensificação de ideias e conhecimentos.

A cultura internacional se constituiu por meio de outras culturas. Existe uma miscigenação cultural em todo o globo. Ainda como afirma Ribeiro (2011), a influência de artistas, intelectuais, entre outros exemplos, contribuiu para esse processo de superar fronteiras e fez com que a cultura se tornasse um fator importante da política internacional.

Grande parte dos países desenvolvidos aperfeiçoaram suas políticas apoiadas em fatores culturais criando assim, maiores possibilidades de atuação diplomática (conhecida também por diplomacia cultural). Ou seja, as relações culturais tornam possíveis diferentes objetivos dos Estados, seja de cunho político, comercial, econômico, e etc.

“O cinema, os meios eletrônicos de divulgação, a publicidade, [...] de certa forma alteram costumes e hábitos, exercendo influências sobre culturas [...]” (RIBEIRO, 2011, p. 23). Carmen Miranda foi um dos grandes nomes luso-brasileiros que fez com que o Brasil se destacasse internacionalmente. Com o sucesso que conseguiu, foi capaz de representar a cultura brasileira e latino-americana externamente.

O governo de Vargas com a finalidade de construir uma imagem do Brasil de nação forte e desenvolvida tinha interesse em definir os contornos da identidade nacional brasileira, para assim, diferenciar o país das outras nações hispânicas. (DINIZ; SOARES, 2012).

O Estado Novo buscou fortalecer a economia brasileira e a afirmação da identidade nacional, de acordo com Mendonça (1999). “O Estado autoritário que começava a se instaurar a partir de então teve uma importante atuação, em nível cultural, para a construção de uma nova identidade nacional.” (KERBER, 2005, p. 124).

A identidade nacional brasileira não se arquetou historicamente. Seria necessário idealizá-la e por consequência divulgá-la para que o Estado brasileiro fosse capaz de se legitimar e se consolidar. “Os nacionalistas apostavam na recuperação do país a partir de seu desenvolvimento e aproveitamento de suas riquezas naturais, incluso, neste último, o cidadão nacional.” (MACEDO, 2012, p. 382).

Figura 4 – Carmen Miranda representando a relação do Brasil com os Estados Unidos



Fonte: Site Obvious¹⁶

De acordo com Macedo (2012), “[...] Dentro de um contexto de exacerbação de nacionalismos, Carmen passou a integrar um discurso de identidade nacional, contribuiu para o “branqueamento”¹⁷ do samba e legitimou sua ascensão e consagração como canção nacional.”. (2012, p. 380).

[...] Considerando a trajetória de Carmen Miranda e dos ecos de suas performances que ultrapassam sua própria vida, pode-se então pensa-la historicamente como uma espécie de suporte que deu voz a diferentes abordagens de identidade, frequentemente representativa de uma identidade brasileira e latino-americana. Nesse caso, narrativas de identidade foram construídas simbolicamente a partir das canções, imagens e filmes de Carmen Miranda, diferentes formas de linguagem que constituíam os atos performáticos necessários para sua materialização. (MACEDO, 2013b, p. 265).

Em consequência das transformações econômicas e sociais, o país estava propenso a aceitar novos rumos. E na busca pela identidade nacional com o objetivo de

¹⁶ Disponível em < http://lounge.obviousmag.org/vitor_dirami/2012/02/carmen-miranda-a-explosao-brasileira.html> Acesso em março. 2016.

¹⁷ Alguns pensadores brasileiros como Joaquim Nabuco e Nina Rodrigues, segundo Garcia (1999): [...] Apesar de defenderem a origem mestiça do povo brasileiro, viam a contribuição do negro e do índio como negativas. Isto é, nestas duas culturas inferiores estaria a explicação do nosso atraso e a única forma de superá-la seria através de um processo contínuo de branqueamento. A raiz negra do samba, para ser digerida por uma sociedade rigidamente hierarquizada, deveria também passar pelo aprimoramento do branco. Pois o negro, sendo um primitivo, não teria capacidade para criar a canção popular nacional. [...] Só uma raça superior poderia, através da ordenação e seleção, dar sentido a sua sonoridade. As palavras selecionar e ordenar marcam exatamente o significado que tem a cultura popular para as camadas cultas: pedra bruta a ser lapidada, ou melhor, civilizada. A mistura só seria permitida se submetida. Esta era a forma encontrada para digerir a canção popular urbana como representação do nacional, veiculada e propagada pelos meios de comunicação de massa. (1999, p.76).

valorização nacional, o Brasil investiu na construção de símbolos que representariam sua nacionalidade, resultando em um ufanismo, que se resumiria a elementos naturais, como fauna e flora presente nas músicas interpretadas por Carmen Miranda principalmente na década de 30, além de reproduzir um caráter afetivo a Nação, de acordo com Kerber (2002).

Como afirma Macedo (2012):

[...] A fim de se atingir a função integradora e disciplinadora concomitantemente, Carmen está dentro de um discurso densamente sedutor, no qual representa a popularização dos ideais governistas e alimenta a imagem do “tipo brasileiro” (como ela mesma se autodenominou), o que significava traçar uma fronteira entre o certo e o errado, entre o natural e o excluído, ao mesmo tempo em que se quebrava com os significados pré-estabelecidos sobre o cidadão brasileiro e como estavam embutidos no contexto social. (MACEDO, 2012, p.383. apud BAUMAN, 2005, p.21-28).

O contexto social do Brasil nessa época foi de extrema importância para a figura de Carmen Miranda tanto nacional quanto internacionalmente. Como estratégia política, os meios de comunicação de massa, como o rádio e posteriormente o cinema e televisão, foram utilizados com o fim de propagação dos ideais políticos do governo de Vargas.

O Brasil, passando por um importante momento de centralização política e, nesse processo, a construção de uma ordem que buscava definir a nacionalidade brasileira, meta essa empreendida pelo governo Vargas. [...] É nessa época que a figura de Carmen Miranda é transformada em símbolo e identidade nacional brasileira e latino-americana [...]. (LOPES, 2009, p. 4).

Em 1931, Carmen havia sido contratada para uma temporada de música brasileira em Buenos Aires, em parceria com Chico Alves e Mario Reis. Com o reconhecimento internacional, foi possível uma “glorificação” de Carmen como representante da cultura brasileira. O reconhecimento estrangeiro atuou como uma forma de legitimação da cultura brasileira como única. (MACEDO, 2012).

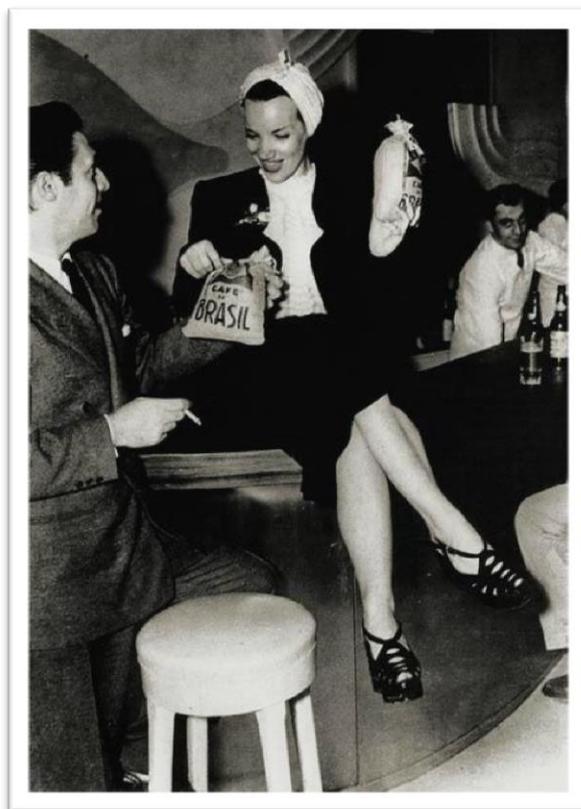
Macedo (2013b), afirma que durante a década de 1930, a mídia brasileira construiu a imagem de Carmen Miranda como sendo uma representação do Brasil moderno. E isso foi possível através de suas canções, que por meio delas conseguia divulgar ideias, estereótipos, entre outros símbolos nacionais, pela difusão dos meios de comunicação.

Segundo Kerber (2002), Carmen, com suas interpretações musicais, atingia um público tão extenso pelo fato de que, de certa forma, suas músicas expressavam necessidades, anseios e aspirações de seu público fiel. Com a popularização do rádio no Brasil, a estrela conseguiu ter notoriedade em todas as camadas sociais.

“A importância do rádio como meio de comunicação já vinha sendo objeto de discussões e trocas de informações entre o Brasil e os Estados Unidos.” (TOTA, 2012, p. 93-94). Como defende Kerber (2005), o que torna o rádio um meio de comunicação poderoso está no fato da sua capacidade de alcance. Como mecanismo político, faria com que pudesse unir a nação, de forma que o governo de Vargas e artistas como Carmen Miranda fossem ouvidos e divulgados em todo o território nacional e também internacionalmente.

Vargas tinha o interesse em aumentar as vendas de produtos, ou melhor, de matéria-prima, principalmente as vendas do café (principal produto de exportação brasileiro), para os EUA e com o impulso da PBV buscou aproveitar melhor as oportunidades que lhe foram oferecidas. Principalmente pelos meios de comunicação procurou propagar uma imagem positiva do Brasil.

Figura 5 – Carmen Miranda fazendo propaganda do café brasileiro



Fonte: Site Oficial de Carmen Miranda¹⁸

“Derradeiramente, seria a Política da Boa Vizinhança que levaria Carmen Miranda aos Estados Unidos em 1939.” (MACEDO, 2012, p. 383). A PBV buscava

¹⁸ Disponível em < <http://carmenmiranda.com.br/>> Acesso em março. 2016.

similaridades entre as repúblicas americanas. Carmen Miranda foi para os Estados Unidos com a expectativa por parte governo brasileiro de ser representado externamente, e acabou representando a América Latina em sua totalidade, se consagrando a musa da política da boa vizinhança.

Com o advento da Feira de Nova Iorque em 1939, fez com que a mídia dos Estados Unidos veiculasse conteúdo como notícias e imagens do Brasil mais frequentemente. A partir desse momento, Carmen Miranda torna-se figura familiar do público estadunidense.

O papel da imagem e divulgação de Carmen Miranda nas relações entre o Brasil e os EUA, como meio de promover uma aproximação da Política da Boa Vizinhança, também está associado a um momento em que o cinema é eleito como um meio eficaz para promover uma aproximação favorável aos interesses estadunidenses na América Latina. (LOPES, 2009, p. 5).

Considerada “Rainha branca do Samba”, Carmen Miranda vestia-se aos padrões estado-novista idealizando um equilíbrio de opostos. Seu figurino era elegante, porém em sua fala, não abandonava gírias que eram associadas a moradores de favela e a sua ginga. Carmen retratava o tropicalismo, cantava o Brasil, o morro e a cidade, contribuindo para a legitimação do “jeito brasileiro”. (MENDONÇA, 1999).

Figura 6 – Carmen Miranda desembarcando nos Estados Unidos



Fonte: Site Oficial de Carmen Miranda¹⁹

¹⁹ Disponível em <http://carmenmiranda.com.br/> Acesso em março. 2016.

Entre as singularidades da artista, sua forma rápida de cantar, presente em suas interpretações, e seu inglês pronunciado de forma errônea, encantou o público estadunidense. Com sua primeira estreia em programas de rádio dos EUA, Carmen consolidou sua imagem como uma mistura de sensualidade e bom humor.

Com o aumento de sua popularidade nos EUA, sua presença e importância foram objetos de análise de diversos críticos, os quais buscavam compreender os motivos de tamanho sucesso. Visto que era uma época onde o *strip-tease* tinha grande notoriedade no país, Carmen não necessitou apelar para esse tipo de instrumento para solidificar sua imagem.²⁰ (TOTA, 2012).

Há quem afirme que Carmen foi capaz de introduzir um elemento que Nova Iorque desconhecia. Nas palavras de Saia (1984) seria: “a dinâmica personalidade de uma sul-americana que provou não ser necessária a nudez para causar sensação, [...] e mais que tudo, por ter invadido [...] o campo da moda feminina.” (SAIA, 1984, p. 52).

Ao mesmo tempo que ganhava fama nos programas de rádio e, logo depois, no cinema, Carmen fazia publicidade de cerveja, de batom, inaugurava *nightclubs*, como o Copacabana, em Nova York, e aumentava sua participação na divulgação da Política da Boa Vizinhança. (TOTA, 2012, p. 118).

Além de cantar, atuar, e marcar presença em eventos em sua carreira internacional, Carmen marcou presença também no mundo da moda. Segundo Saia (1984), suas baianas inspiravam e eram usadas por mulheres elegantes de Nova Iorque. Lojas afamadas da cidade exibiram suas vitrines baseados na “moda baiana” e os manequins tinham gestos e o rosto da Pequena Notável.

A estrela participou de diversos filmes da 20th Century Fox durante os anos de 1939 e 1945. “Carmen assumiu o papel de representante da cultura musical-popular brasileira nos Estados Unidos.” (TOTA, 2012, p.118). Com o filme “Serenata Tropical” (*The South American Way*), declarou publicamente que seu papel pela primeira vez representava a alma do Brasil, uma simulação genuína da cultura brasileira.

²⁰ Carmen não precisou solidificar sua imagem por meio do *strip-tease*, porque seu papel como figura representativa brasileira não pode ser diminuído a como se fosse apenas mais um produto da indústria cultural, visando apenas o lucro final. Carmen Miranda emergiu em um contexto onde as mulheres não tinham presença política, e a mesma, foi capaz de construir a imagem do Brasil externamente. Portanto, seu papel não pode ser reduzido a como se fosse um produto usado quando conviesse, ou também visto apenas como objeto sexualizado.

De acordo com Moura (1991b), por meio da PBV foi possível estabelecer um diálogo da América Latina, em particular do Brasil²¹, com os Estados Unidos de forma pacífica e respeitosa. Além de contribuir para a troca não somente de bens culturais, mas também de mercadorias. A PBV em termos culturais apresentava-se como um fluxo contínuo entre as duas sociedades.

O único filme gravado por Carmen que havia sido ambientado no Brasil foi “Uma Noite no Rio” (*The Night in Rio*), em 1941. Apesar de ser retratado o Brasil, não foi possível ver o país representado nele. Grande parte dos filmes que eram ambientados no Brasil costumavam retratar coisas em comum como: o samba, a imagem do Cristo Redentor, o Pão de açúcar, entre outros exemplos. A finalidade era apenas demonstrar que “os vizinhos do sul” eram carismáticos e satisfazer o público estadunidense. De acordo com Tota (2012):

[...] Carmen não tinha mais uma identidade nacional. Transformara-se em um estereótipo da mulher latino-americana. [...] Mas, para os idealizadores e executores da Política da Boa Vizinhança, não importava a autenticidade da “cultura” das “outras Américas” difundida pelas duas maiores redes e pelos estúdios de Hollywood. O importante era que isso contribuía para obter o alinhamento do Brasil com o esforço de guerra dos Estados Unidos. (TOTA, 2012, p. 119).

No que se refere a esse intercâmbio cultural entre a América Latina e os EUA em tempos de PBV, “[...] as contribuições artísticas que seguiam da América Latina para os Estados Unidos tinham seu “exotismo” frequentemente temperado, de acordo com os padrões do gosto norte-americano.” (MOURA, 1991b, p. 10). Esse “tempero” que o autor defende, transformara a América Latina indistinta de um país para outro em questões culturais, ocorrendo uma generalização do “ser” latino-americano.

O rádio era voltado para as elites, e após sua modificação conseguiu atingir todas as classes sociais, e isso foi um impulso para a carreira de Carmen Miranda. Foi a artista luso-brasileira que mais conseguiu destaque no exterior do país, e foi considerada por várias décadas e ainda é como símbolo de brasilidade. (MACEDO, 2012).

Por fim, Carmen Miranda conseguiu ir além das expectativas do governo varguista, pois não só representou o Brasil externamente, como também a América Latina. A parceria entre o governo estadunidense e brasileiro por meio do OCIAA e o

²¹ Houve uma confusão entre a associação da cultura brasileira com a latino-americana. A imagem que foi representada por Carmen Miranda da cultura brasileira, foi manipulada por interesses particulares dos Estados Unidos. Havendo assim, a absorção e difusão da imagem da artista como representante de toda a cultura latino-americana.

DIP, foi capaz de estreitar a relação de ambos os países movidos por interesses particulares.

Getúlio Vargas defendia o propósito de consolidar a imagem de governo forte e legítimo por meio da afirmação da identidade nacional, como forma de garantir o desenvolvimento econômico-social brasileiro. Vargas fazendo proveito do contexto internacional dividido entre EUA e Alemanha, buscou consolidar seu projeto de industrialização com a implantação de indústrias siderúrgicas no país.

Como ferramenta para propagação, a criação do DIP foi de suma importância para “[...] instrumentalizar a consolidação do regime ditatorial junto à opinião pública” (MOURA, 1991b, p. 43). Como afirma Mendonça (1999), “O DIP [...] criado no Estado Novo, seria importante [...] para espalhar a imagem nacional, buscaria alcançar todo o país com programas de rádio e cinejornais.” (1999, p. 12).

A partir do lançamento de “Taí”, que vendeu cerca de 35 mil cópias e tornou-se o maior sucesso de vendas da época na história brasileira (KERBER, 2002), Carmen havia se tornado a maior estrela que o Brasil reconheceu. É sabido e resabido, que Carmen Miranda, é a única luso-brasileira que conseguiu a façanha de ter seu nome gravado na calçada da fama em Hollywood, isso demonstra tamanha importância da artista para o período.

Figura 7 – Carmen Miranda eternizando seu nome na calçada da fama em Hollywood



Fonte: Site Oficial de Carmen Miranda²²

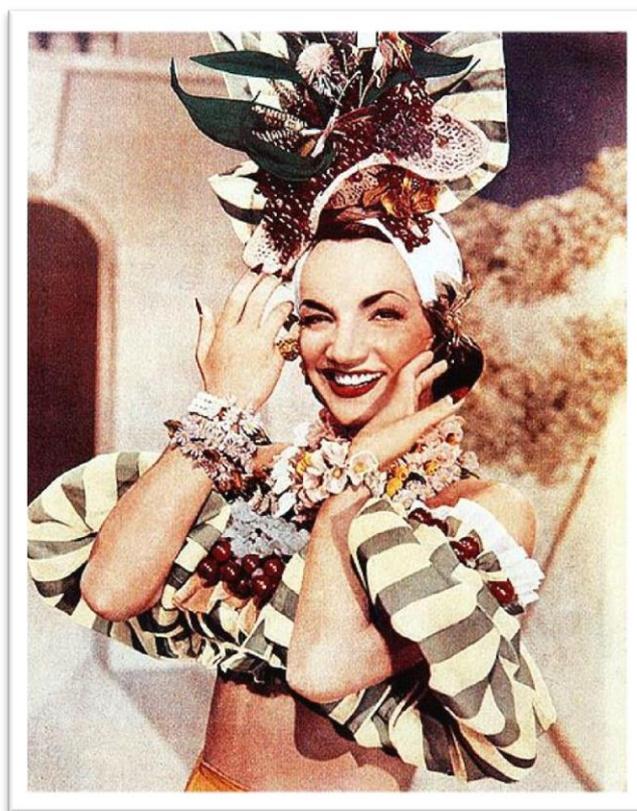
²² Disponível em <<http://carmenmiranda.com.br/>> Acesso em março. 2016.

Quando houve a oportunidade da artista circular em meio a uma indústria cultural já estabelecida – nos Estados Unidos – o Estado Novo apoiou e possibilitou que Carmen Miranda fosse o maior cartão de visita do país. (MENDONÇA, 1999).

A política externa do governo de Roosevelt concentrou seus esforços na América Latina com o intuito de “[...] enfrentar o desafio do Eixo no plano internacional e consolidar o Estado norte-americano como grande potência.” (MOURA, 1991b, p. 21). E com a criação do OCIAA idealizava o projeto de cooperação interamericana e solidariedade hemisférica.

Pode-se dizer que Carmen Miranda teve sua ascensão no lugar certo, e no momento certo. “A importância da América Latina para a estratégia dos Estados Unidos na Segunda Guerra imprimiu ao *show-business* norte-americano uma forte vertente pan-americana.” (MENDONÇA, 1999, p. 12).

Figura 8 – Carmen Miranda durante as gravações do filme “Aconteceu em Havana” (1941)



Fonte: Site Oficial de Carmen Miranda²³

²³ Disponível em <<http://carmenmiranda.com.br/>> Acesso em março. 2016.

Logo, tanto o Brasil quanto aos Estados Unidos movidos por interesses divergentes, atingiram seus objetivos particulares. O Brasil foi capaz de definir sua identidade nacional mesmo que forjada, tendo Carmen Miranda como sua maior representante por meio da PBV, além de conseguir ganhos como o reequipamento das forças armadas, ter iniciado seu projeto siderúrgico devido ao alinhamento com os Estados Unidos no período que antecedia a Segunda Guerra Mundial.

Os Estados Unidos visando aumentar sua área de influência nas Américas com o intuito de impedir o avanço do nazi-fascismo, soube por meio do OCIAA, obter o apoio de governos latino-americanos para apoiarem a causa estadunidense. (MOURA, 1991b).

Ambos os países tiveram ganhos advindos da PBV. Assim como houve a difusão de aspectos da cultura estadunidense em toda a América Latina, Carmen Miranda conseguiu representar e difundir Brasil e América Latina no cenário internacional, em particular nos Estados Unidos. “Carmen Miranda foi musa da política de boa vizinhança. [...] Caberia a ela representar toda uma porção continental.” (MENDONÇA, 1999, p. 12-13).

Carmen Miranda apesar de se apresentar como apolítica na mídia teve papel fundamental na construção da imagem do Brasil nos Estados Unidos. Mesmo que sem intencionalidade explícita, por meio de suas canções, filmes, roupas, gírias, foi capaz de simbolizar o Brasil externamente. E isso se refletiu na notoriedade que o País alcançou; no impulso do desenvolvimento das multimídias latino-americanas. Concebendo uma “brecha” para a atuação do governo e seus interesses.

CONCLUSÃO

Conclui-se com o trabalho exposto que a figura de Carmen Miranda como protagonista das relações internacionais foi de grande importância, pois conseguiu ser capaz de atrelar os laços do Brasil com os Estados Unidos trazendo desenvolvimento em todos os sentidos, seja industrial, cultural, entre outros.

As teorias Construtivistas e Feministas servem como reforço para maior compreensão das ideias centrais do trabalho. O construtivismo segue a premissa de que o mundo social é construído, o qual a sociedade é protagonista. Ou seja, o mundo social está em constante mudança. Em relação ao tema que foi trabalhado, o construtivismo pode ser utilizado para refletir sobre a construção da imagem do Brasil, da cultura brasileira, e essa construção feita por agentes das relações internacionais.

Nesse viés construtivista, a construção da imagem brasileira foi constituída por interesses, interesses por parte do governo de consolidar uma imagem cultural do país externamente por meio da identidade nacional. Identidades são criadas para definir uma nação por meio de traços culturais, e é construída subjetivamente por meio de símbolos.

No que se refere à legitimação de um país, a identidade nacional é de extrema importância. A identidade nacional quando definida, tem o poder de dar maior credibilidade a um país externamente. Vargas com o objetivo de modernizar o Brasil forjou uma identidade nacional, a qual foi representada por Carmen Miranda, pois necessitava de apoio externo para atingir seus propósitos.

O feminismo é tratado como forma de fortalecer o papel da mulher – Carmen Miranda – como agente das relações internacionais; a artista foi de grande importância seja culturalmente, ou até mesmo politicamente na história do país, em um momento que mulheres até então, não tinham vez e voz. O feminismo é destacado para ajudar na compreensão do papel das mulheres como agente das relações internacionais. No estudo de caso, Carmen Miranda possibilitou a construção da imagem do Brasil aos olhos externos possibilitando para o Brasil maior margem de manobra política.

As relações internacionais se formam a partir de processos de transformação entre diferentes Estados. Com o desenvolvimento e maior organização das sociedades, passa a existir um intercâmbio cultural e econômico, impulsionando assim, maior variedade de ideias e conhecimento.

Com a Revolução de 1930, e a ascensão de Getúlio Vargas no poder, as estruturas governamentais do país foram modificadas. Durante o Estado Novo,

inaugurou-se a chamada Política Externa para o Desenvolvimento ou também, Política Desenvolvimentista, a qual buscava por meio da barganha, materiais para industrialização e venda de produtos primários brasileiros.

Vargas conseguiu por meio de sua política de barganha entre os Estados Unidos e Alemanha, grandes ganhos para o seu plano político, consolidando assim seu projeto de industrialização.

Em governos autoritários, os meios de comunicação são de suma importância – pelo fato de existir severa censura – fazendo com que apenas informações aceitas pelo governo circulem. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939, o governo procurou promover por meio das mídias, maior propaganda do Estado Novo para conseguir sua legitimação.

Os Estados Unidos adotavam uma política de liderança hemisférica com os países latino-americanos, pois esses eram fonte de matérias-primas e grande mercado consumidor para o país. A inauguração da Política da Boa Vizinhança (PBV), em 1933, marcou a aproximação dos Estados Unidos com os países da América Latina, devido a ser uma tentativa de impedir o avanço do nazifacismo.

A Europa no período entre guerras era o maior parceiro comercial dos Estados Unidos. Além da tentativa de conter o avanço da influência europeia, os Estados Unidos buscaram maior aproximação com a América Latina para prevenir futuras devastações econômicas com o risco de guerra que estava eminente. Garantindo assim, a expansão do seu mercado.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e com a entrada dos Estados Unidos no conflito após o ataque a Pearl Harbor, em 1941, cultura e propaganda começaram a serem importantes recursos estratégicos. Houve a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), visando projetos políticos e econômicos dos Estados Unidos para toda a América Latina e se dedicaram também a propaganda política, principalmente por meio do rádio e cinema.

Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil, utilizaram o *soft power* em suas políticas, pois é utilizado como meio de persuasão para atingir os objetivos almejados. O *soft power* na maioria das vezes é empregado por países que possuem fragilidades econômicas ou militares, por isso, buscam meios alternativos para exercerem sua influência. Os instrumentos mais utilizados como ferramenta de influência do *soft power*, são instrumentos culturais, valores políticos e ideológicos.

A esse contexto político, ambos os países estavam concentrados em investir em propaganda política – para obter ganhos particulares –, utilizando dos meios de comunicação, ou seja, a indústria cultural foi uma grande aliada. As políticas que foram utilizadas pelos Estados Unidos e pelo Brasil, foram instrumentos que conseguiram impulsionar a carreira de Carmen Miranda.

A artista soube representar todas as classes sociais, vestia-se em padrões do Estado Novo – representando um Brasil moderno –, mas suas falas eram recheadas de gírias do “morro”. Suas canções tinham temas recorrentes como o carnaval, ufanismo, malandragem, etc. Após dez anos do início de sua carreira nacional e o seu sucesso estrondoso, o Estado Novo a enxergou como uma máquina, a fim de torna-la o cartão de visita do Brasil para o exterior, e a Pequena Notável foi para os Estados Unidos.

Carmen Miranda alcançou destaque nas relações internacionais especialmente nas questões relacionadas à construção da imagem brasileira no exterior. Uma vez que a estrela foi capaz de representar a cultura do Brasil e difundir o que é o “ser” brasileiro no sistema internacional, mesmo que de forma estereotipada. E com seu reconhecimento internacionalmente, Carmen possibilitou a legitimação da cultura brasileira.

Em 1939, com a realização da Feira de Nova Iorque, proporcionou que as mídias estadunidenses circulassem maior conteúdo sobre o Brasil, permitindo que o público estadunidense tivesse mais conhecimento sobre nosso país, e a partir de então, Carmen Miranda se tornou figura conhecida no meio.

Carmen Miranda foi destaque não somente no mundo artístico, pelo fato da artista mesmo que indiretamente, ter sido instrumento de política brasileira, e também estadunidense. Foi considerada musa da Política da Boa Vizinhança, e superou as expectativas do Brasil, pois não só representou a identidade nacional brasileira, mas sim de toda a América Latina, ou seja, representando toda uma porção continental.

Na verdade, Carmen Miranda teve sua imagem manipulada por interesses divergentes entre os Estados Unidos e o Brasil. Apesar de toda a sua popularidade, não se pode considerar a artista como um produto próprio da indústria cultural, porém com todo seu reconhecimento, passou a ser figura de destaque a esse meio.

Os Estados Unidos manipularam a imagem de Carmen Miranda, pois fizeram dela a figura representativa de toda a América Latina, e devido a diversidade cultural da região, não poderia considerar a artista como tal. Carmen Miranda já havia construído uma imagem forjada do Brasil, e ser considerada a representar toda uma porção

continental seria uma espécie de invisibilização da diversidade cultural criada pelos Estados Unidos. E para os “grandes” da política, brasileira ou estadunidense, não importava mais se estavam representando de forma fiel à realidade cultural dos países. O que importava era apenas que a política permitiu obter ganhos por meio da indústria cultural.

Com a Política da Boa Vizinhança tornou-se possível manter um diálogo contínuo entre a América Latina. A partir do momento que Carmen conseguiu seu lugar no meio internacional, foi transformada em não mais no estereótipo brasileiro, mas sim na mulher latino-americana. A partida de Carmen Miranda para os Estados Unidos esteve diretamente ligada com o desejo por parte dos Estados Unidos, de aprofundar suas relações com os países americanos, por meio de uma unidade pan-americana.

Carmen se tornou a maior estrela que o Brasil havia presenciado. A parceria do OCIAA e do DIP rendeu grandes frutos para ambos os países, e também para a América Latina. Carmen estava presente no lugar certo e no momento certo, pois havia a necessidade e anseio tanto do Brasil, quanto da América Latina em serem representados externamente.

Carmen Miranda foi um instrumento de diplomacia cultural. A partir do advento da política de Vargas e Roosevelt, a cultura passou a ser lugar de destaque na política internacional. Assim, os países procuraram incrementar suas políticas em torno de fatores culturais, buscando maior atuação. Carmen Miranda com todo o seu reconhecimento, visitas a outros países, etc., foi propulsora da imagem do Brasil no exterior, representando o país culturalmente.

Portanto, o Brasil e os Estados Unidos, mesmo com ambições diferentes, atingiram seus objetivos. O Brasil conseguiu definir e legitimar a sua identidade nacional, tendo com a figura de Carmen Miranda, sua representante. Logrou também, o desenvolvimento das forças armadas, e o início de seu projeto siderúrgico.

Os Estados Unidos que propendiam aumentar sua área de influência nas Américas buscando impedir o avanço do nazifacismo – em um período sensível prestes a eclodir a Segunda Guerra Mundial – por meio do OCIAA, conseguiram apoio dos países latino-americanos.

Portanto, qual a importância de Carmen Miranda nas relações internacionais? Por que ela pode ser considerada como atriz das relações internacionais?

Carmen Miranda consolidou sua imagem em um contexto que não era muito cômodo para as mulheres. Contexto que não abria espaço para mulheres como

formuladoras de opinião e presença política, e a artista foi capaz de construir a imagem de um país externamente. Houve uma superação de barreiras, porque a atuação de Carmen Miranda não foi de um objeto da indústria cultural que foi sexualizado.

Cultura e relações internacionais estão diretamente relacionadas. Cultura se resumiria a grosso modo, como modo de vida de uma sociedade, e as culturas possuem elementos distintivos, como língua, religião, entre outros. As relações internacionais são constituídas por uma variedade de atores, onde seus interesses excedem as fronteiras nacionais. No mundo contemporâneo, os países passaram a utilizar da diplomacia cultural, possibilitando a expansão da atuação desses países em diferentes campos.

Os estudos sobre Carmen Miranda são relevantes no sentido de analisar como uma mulher exerceu papel de destaque em meio a um governo autoritário, e ainda assim, conseguiu apoio desse governo para representar o país externamente. Uma mulher pobre, que apesar de vir muito nova para o Brasil não era brasileira – pelo menos em sua certidão de nascimento –, que emergiu do samba (o qual era considerado um ritmo cantado por negros e pobres), conseguiu inúmeros feitos. A artista exerceu papel de destaque na política brasileira, mesmo que de forma não intencional. Carmen Miranda abriu novas portas para o Brasil, e permitiu com a legitimação da identidade nacional o reconhecimento do país externamente.

Carmen Miranda pode ser considerada como atriz das relações internacionais, pelo fato de que teve a capacidade de impulsionar um maior diálogo entre o Brasil e os Estados Unidos, e por consequência de seu reconhecimento internacional, possibilitou que a América Latina também fosse representada no sistema internacional, se consagrando assim, como a representante da Política da Boa Vizinhança.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais**. *Lua Nova* [online]. 1999, n.47, p. 201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47>>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo** / Giovanni Arrighi; tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin. - 9. reimp. - Rio de Janeiro: Contraponto: 2013.
- BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. **A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira**. *Revista Dialogos: a cultura como dispositivo de inclusão*, Brasília, v. 13, n. 1, 2010. p. 33-53. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/2912/1824>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Feminismo**. Dicionário de política I; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. p. 486-489.
- BORJA, Janira Trípodí. **Premissas para o estudo da cultura nas relações internacionais**. In: VI ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador. 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24752.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.
- BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil** / Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. – 3.ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de

Janeiro, 1999. p. 167-178. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CARBONARO, Gustavo. **A rede simbólica da identidade nacional mito e representações sociais**. In: 9º interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Gustavo-Carbonaro.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

CERVO, Amado Luiz. **Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira**. *Revista Brasileira Política Internacional*, V. 40, n.2, p. 5-26, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n2/a01v40n2.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria Cultural**. Editora Brasiliense. 35 edição, 1993. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT05032013224040.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. **A noção de cultura**. *Revista Kairós Gerontologia*. São Paulo, setembro 2011. P. 51-66. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/10098/7578>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CORSI, Luiz Francisco. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. Campinas, SP: [s.n.], 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000114188&fd=y>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

CORSI, Luiz Francisco. **Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo**. *Locus, Revista de História*, v. 13, n. 2. 2007. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2232>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

DINIZ, Anna Carolina Paiva; SOARES, Thiago. **“Ai Se Eu Te Pego” é o novo “mamãe Eu Quero”:** Carmen Miranda e Michel Teló como “cicerones” da identidade brasileira. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/10132064/Ai_Se_Eu_te_Pego_%C3%A9_o_novo_Mam>

[%C3%A3e Eu Quero Carmen Miranda e Michel Tel%C3%B3 como cicerones da identidade brasileira](#)>. Acesso em: 11 mar. 2015.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DUPAS, Gilberto. **Ideias e cultura nas Relações Internacionais**. Livro Ideias e cultura nas Relações Internacionais. Oficina Universitária. Marília, 2007.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. London: Pandora Press, 2000.

FADUL, Anamaria. **Indústria Cultural e Comunicação de Massa**. São Paulo. 1993. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/c_ideias_17_053_a_059.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2016.

FAUSTO, Boris. **O Estado Novo no contexto internacional**, In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999. p. 17-20. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2015.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira/ The construction of the brazilian national identity**. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009.

GARCIA, Tânia da Costa. **A canção popular e as representações do nacional no Brasil dos anos 30: a trajetória artística de Carmem Miranda**. História: Questões e Debates. V. 16, 1999. Editora UFPR. p. 67-94.

GIL-MONTERO, Martha. **Carmen Miranda: a pequena notável**. São Paulo: Círculo do Livro. 1989.

HENRICH, Nathalia. **Os Estados Unidos, o pan-americanismo e a Doutrina Monroe no pensamento político de Oliveira Lima**. In: 35º Encontro Anual da Anpocs. GT 35: Teoria Política e pensamento político brasileiro; 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/3076156/Os_Estados_Unidos_o_pan-americanismo_e_a_Doutrina_Monroe_no_pensamento_pol%C3%ADtico_de_Oliveira_Lima>. Acesso em: 06 abr. 2016.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.. **O Iluminismo como mistificação das massas**. In: ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

JACKS, Nilda. **Mídia nativa: indústria cultural e cultura regional**. Rio Grande do Sul. 1997. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/jacks-nilda-midia-nativa.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

KERBER, Alessander. **Carmen Miranda e as representações da Nação brasileira nos anos 30: a legitimação do nacionalismo**. *MÉTIS: história & cultura* – v. 1, n. 1, p. 135-147, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1073/726>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

KERBER, Alessander. **Carmen Miranda: entre representações da identidade nacional e de identidades regionais**. *ArtCultura*, Uberlândia, v.7, n. 10, p. 121-132, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1288/1183>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

LOPES, Valnia Clélia Crês. **Carmen Miranda e a Política da Boa Vizinhança**. Orientação Bibliográfica: solicitação do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Maringá, 2008-2009. 16 p. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2426-6.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

MACEDO, Káaritha B.. **Carmen Miranda e nacionalismo na década de 1930**. *DAPesquisa - Revista do Centro de Artes da UDESC - Ceart*, v. 9, p. 380-392, 2012. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/dapesquisa/files/9/03MUSICA_Karitha_Bernardo_de_Macedo.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MACEDO, Káaritha Bernardo de. **O “Office of the Coordinator of Inter-American Affairs” entra em cena: novas abordagens para uma Política de Boa Vizinhança**.

In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia – Ouro Preto – Minas Gerais, 2013a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/o-201d-entra-em-cena-novas-abordagens-para-uma-politica-de-boa-vizinhanca>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MACEDO, Kárita Bernardo. **Perfis de Carmen Miranda, sua imagem e performance como linguagem na modernidade.** *Tempos Históricos*, v. 17, 1º semestre, 2013b, p. 263-292. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/9088/6658>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e Poder/** Estevão C. de Rezende Martins, - 2.ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2007.

MASO, Tchella; GALHERA, Katiuscia. **Relações Internacionais e Gênero.** In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *Dicionário Crítico de Gênero.* Dourados: Ed. UFGD, 2015.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A crise em perspectiva: 1929 e 2008.** *Revista Novos Estudos – CEBRAP*, no.82, Nov 2008, p.57-66.

MENDONÇA, Ana Rita. **Carmen Miranda foi a Washington.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991a.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: A penetração cultural americana.** Tudo é história. 7ª ed. Editora Brasiliense, 1991b.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, 2006, p. 647-654. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Silvia_Koller/publication/250032240_Metodologias_feministas_e_estudos_de_gnero_articulando_pesquisa_clnica_e_poltica/links/0046351eb21e16f5d4000000.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates**. 1ª Edição. Elsevier Editora, 2005.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ed. Unijuí, 2011a.

OLIVEIRA, Odete Maria de; SILVA, Andréia Rosenir da. **Gênero como Possível Ator das Relações Internacionais**. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ed. Unijuí, 2011b, p. 23-82.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** /Cristina Soreanu Pecequilo. - 3.ed. ampl. E atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Identidade cultural, identidade nacional do Brasil**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 1 (1): 29-46, 1. Sem. 1989.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na Política Externa Brasileira**. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011.

SAIA, Luiz Henrique. **Carmen Miranda: rodando a baiana**. Editora Brasiliense, 1984.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?**. *Estudos feministas*, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1>>. Acesso em 03 abr. 2016.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial** / Ricardo Seitenfus. – 3. Ed. – Barueri, SP: Manoele, 2003..

SHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina** / Lars Schoultz; tradução de Raul Fiker. – Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SODUPE, Kepa. **La Teoria de las Relaciones internacionales a comienzos del siglo XXI**. Universidad del Pais Vasco, 2004.

SOUSA, Marquilandes Borges de. **Rádio e Propaganda Política – Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra**. 1.ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era**. New York: Cambridge University Press, 1994.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. **Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural**. *Caderno Cedes*, nº 54, agosto 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v21n54/5265.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.